

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos **vinte e seis** dias do mês de **Fevereiro** de **dois mil e dez**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

----- **Ponto 1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS**: -----

----- **Ponto 1.1** – Acta da 3ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 27 de Novembro de 2009; -----

----- **Ponto 1.2** – Acta da 5ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de Dezembro de 2009; ----

----- **Ponto 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto..3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 3.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da Actividade Municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos nºs 53º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para Representar a Assembleia Municipal de Águeda, no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**, em cumprimento do disposto no artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de Novembro; -----

----- **Ponto..3.3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para representar a Assembleia Municipal de Águeda, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta**, em cumprimento do disposto no artigo n.º 3º, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado

pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.4 – Eleição de dois Deputados da Assembleia Municipal de Águeda para integrar a Assembleia Distrital de Aveiro**, devendo um deles ser o respectivo Presidente e outro, um Presidente de Junta de Freguesia, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e b), do artigo nº 2, do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea n) do nº 1 do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.6 – Discussão acerca da A32 – Remodelação do IC2 e do impacto desta nova estrutura rodoviária no Concelho de Águeda**, a curto e a médio prazo; -----

----- **Ponto..3.7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre o Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão**, nos termos da proposta e ao obrigo do disposto na alínea a), do nº 3, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.8 – Discussão e Votação sobre a Proposta de Dissolução da Associação de Municípios Bairrada Vouga (AMBV)**; -----

----- **Ponto ..3.9 – Apresentação e Recolha de Contributos para a Matriz Energética de Águeda**; -----

----- **Ponto..3.10 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, a submeter aos Partidos com assento Parlamentar, para inclusão no Orçamento de Estado, relativa aos edifícios degradados e terrenos expectantes em Zonas Urbanas do Concelho de Águeda**; -----

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor Engenheiro **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio e Carla Eliana da Costa Tavares**. -----

----- Tendo sido constituída a **Mesa** e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, declarou aberta a **Primeira Sessão Ordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Manuel Antunes de Almeida - PSD; -----

----- Margarida Nogueira Brenha - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS/PP; -----

----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----

----- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----

----- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----

----- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----

----- Alexandre Pires Duarte - PS; -----

----- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----

----- António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão; -----

----- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PFJ de Aguada de Baixo; -----

----- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PFJ de Aguada de Cima; -----

----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PFJ de Águeda; -----

----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD - PFJ de Barrô; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PFJ de Belazaima-do-Chão; -----

----- Jorge da Silva Mendes – PS - PFJ da Borralha; -----

----- Victor Manuel Abrantes Silva – PSD - PFJ de Castanheira do Vouga; -----

----- Manuel de Almeida Campos - VI-Ind. - PFJ de Espinhel; -----  
----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PFJ de Fermentelos; -----  
----- Alcides de Jesus – PSD - PFJ de Lamas do Vouga; -----  
----- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PFJ de Macieira de Alcoba; -----  
----- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PFJ de Macinhata do Vouga; -----  
----- Fernando Tavares Pires – PSD - PFJ de Óis da Ribeira; -----  
----- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PFJ do Préstimo; -----  
----- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PFJ de Recardães; -----  
----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PFJ de Segadães; -----  
----- Mário Ramos Martins – PS - PFJ de Travassô; -----  
----- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa; -----  
----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD - PFJ de Valongo do Vouga. -----

----- **Não compareceu à Sessão e não solicitou a sua substituição os Senhores Deputados:**

----- Joana Cristina Correia dos Santos - PSD; -----  
----- Manuel Correia Marques – PSD – Vereador -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----  
----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----  
----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----  
----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----  
----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----  
----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador.- PSD -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** procedeu à leitura da correspondência a si dirigida: -----

----- Da **Assembleia de Vila do Conde:** -----

----- “ A Assembleia Municipal de Vila do Conde, na sua Reunião Ordinária de 29 de Dezembro 2009, aprovou uma proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, no sentido de recomendar ao governo que, o mais rapidamente possível adopte as diligências necessárias à convocação de um referendo para a instituição em concreto

das cinco Regiões Administrativas, ou seja, retome a instituição da Regionalização. -----  
----- Para conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e para os fins que entender convenientes, em anexo envio  
cópia dessa proposta. Com os melhores cumprimentos. -----

----- **Proposta de Recomendação** -----

----- 1. Considerando que a criação de Regiões Administrativas está plasmada, como norma  
programática, no artigo 255.º da Constituição da República Portuguesa, desde a sua primeira  
versão; -----

----- 2. Considerando que, nos termos do artigo 257.º da Constituição da República, a criação  
das Regiões Administrativas não implicará a limitação dos poderes dos Municípios; -----

----- 3. Considerando que a criação das regiões é do interesse do Município de Vila do Conde; --

----- 4. Considerando que, até à revisão de 1997, a constituição reconhecia às Assembleias  
Municipais um Papel fundamental na instituição em concreto das Regiões, pois esta estava  
dependente do voto favorável da maioria das Assembleias Municipais; -----

----- 5. Considerando que, desde a revisão constitucional de 1997, a instituição em concreto das  
Regiões Administrativas passou a estar dependente de referendo; -----

----- 6. Considerando ainda que a realização, na presente legislatura, de um referendo para a  
instituição da Regionalização fazia parte do programa eleitoral do partido mais votado nas  
últimas eleições legislativas; -----

----- 7. Considerando, por último, as recentes declarações do Sr. Primeiro-Ministro, no final das  
jornadas parlamentares do PS, realizadas em Beja, no sentido de que para se avançar com o  
referendo sobre a Regionalização será necessário alcançar um amplo consenso; -----

----- Nos termos da alínea e) do artigo 32.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila do  
Conde, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal a aprovação da seguinte  
redacção; -----

----- 1 – Que esta Assembleia, nos termos da alínea g) do artigo 24.º do Regimento, tome  
posição perante o Governo, no sentido de este adoptar, o mais rapidamente possível, as  
diligências necessárias à convocação de um referendo para a instituição em concreto das cinco  
Regiões Administrativas, com o mapa correspondente às Regiões-Plano (Norte, Centro, Lisboa e  
Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).”-----

----- De **Joana Cristina Correia dos Santos**: -----

----- “ Eu, Joana Cristina Correia dos Santos, titular do B.I. n.º 11712846.5, emitido em 11/09/2007, pelo arquivo de identificação de Lisboa, venho, por este meio, solicitar a justificação da minha falta na próxima Assembleia Municipal (1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda), por motivos profissionais. Atenciosamente.” -----

----- Do **Grupo Municipal do PSD**: -----

----- Comunicação do Grupo Municipal do PSD com a Constituição do Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Águeda, -----

----- “Se for preciso, disponho do termo de aceitação de todos. -----

----- Mais informo que a liderança do Grupo Municipal do PSD passa a ser exercida por: -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos -----

----- Em caso de impedimento da minha parte (contacto, ausência ou outro qualquer) o Dr. Paulo Matos assegura a minha substituição: -----

----- Grato desde já pela atenção dispendida, -----

----- Hilário Santos -----

#### ----- **PSD** -----

----- **DEPUTADOS DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD DA AM DE ÁGUEDA** -----

----- Nair Barreto da Silva; 963 966 267; nairbarreto@sapo.pt -----

----- Manuel Antunes de Almeida; 966 188 910; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares; 919 673 665; pmatos-2676@adv.oa.pt -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos; 964 675 091; joanae@aeiou.pt -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos; 966 830 792; hsantos@3marcos.com -----

----- António Manuel Tondela; 917 609 218; amatondela@gmail.com -----

----- José Manuel Gomes de Oliveira; 917 547 457; gabjoliveira@sapo.pt -----

----- Marlene Domingues Gaio; 914 832 776; marlenegaio76@gmail.com -----

----- António Faria dos Santos -----

----- Heitor Pereira Abrantes Garruço; 917 241 180; heitorgarruço@sapo.pt -----

----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio; 914 832 830; wilsongaio@aguesport.com -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira -----

----- Victor Manuel Abrantes da Silva; 936 813 258; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco; 919 362 280; Carlos.nolasco@gmail.com -----

----- Alcides de Jesus; 917 336 542; alcidesjesus.lv@gmail.com -----

----- Armando de Almeida Galhano; 936 840 767; -----

----- Fernando Tavares Pires; 968 078 405; a.funeraria@hotmail.com -----

----- Pedro de Almeida Gomes; 917 529 976; sdp@sitiadopassal.com -----

----- Carlos Alberto Carneiro Pereira “-----

----- Da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ** -----

----- “ Exmos. Senhores: Tendo sido eleito, no passado dia 19 de Fevereiro do corrente ano, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Águeda, venho por este manifestar a minha total disponibilidade pessoal e de todos os membros da CPCJ, para manter e reforçar a estreita e profícua colaboração existente com V. Exa., na defesa dos direitos das crianças e jovens. -----

----- Mais informo, que foi designada para Secretária da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a Dr.ª Janine de Oliveira. -----

----- Aproveito a oportunidade para apresentar os meus melhores cumprimentos.” -----

----- Da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ** -----

----- “ Vimos por este meio agradecer o empenho, esforço e dedicação revelados pelos eleitos da Assembleia Municipal, no âmbito da C.P.C.J., solicitando a V. Exa. que transmita toda a nossa consideração à Dr.ª Nair Barreto, Dr. António Martins, Dr.ª Carla Eliana e Sr. Parada Figueira, pelo trabalho realizado. Com os melhores cumprimentos.” -----

----- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- De imediato, o **Senhor Presidente de Mesa da Assembleia de Águeda**, passou à discussão e aprovação das Actas: -----

----- **Ponto 1.1 – Acta da 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 27 de Novembro de 2009;** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade**, deliberou aprovar o texto da Acta da 3.ª Sessão Extraordinária, datada de 27 de Novembro de 2009. -----

----- **Ponto 1.2 – Acta da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de Dezembro de 2009;** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade**, deliberou aprovar a Acta referente à 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 28 de Dezembro de 2009. -----

----- Decorrido o Período de Discussão e Votação das Actas, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou o plenário sobre a nova interpretação dada ao **Novo Regimento da Assembleia Municipal de Águeda**, referente à Intervenção do Público, de acordo com o disposto no n.º 2, do Artigo 19.º, que diz o que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Vamos começar por dar seguimento, com a interpretação do Novo Regimento desta Assembleia Municipal, no número um, dois e três, na Intervenção do Público, está aberto um período de quinze minutos para Público poder utilizar para fazer alguma intervenção sobre questões que não tenham a ver com a Ordem de Trabalhos desta Assembleia, que vai começar.

----- Eu vou ler, o número dois do artigo 19.º do Novo Regimento da Assembleia, que diz: “ *Em cada Sessão Ordinária, existirão dois momentos de Intervenção do Público, com a duração máxima de quinze minutos cada, para apresentação de assuntos de interesse Municipal, podendo também ser colocadas questões, desde que directas e objectivas, sobre assuntos a debater na Ordem do Dia.*” -----

#### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** passou ao **Período de Intervenção do Público**, informando que a Mesa, para o efeito, tinha duas inscrições, a quem, de imediato, concedeu a palavra para intervir, conforme se transcrevem na íntegra: -----

----- Senhor **Manuel Marques Vidal**: -----

----- “ As minhas palavras são dirigidas para o Senhor Presidente da Câmara, como elemento de qualquer parte activa. -----

----- As questões que quero fazer ao Senhor Presidente da Câmara são sobre o IC2 e a A32 e a nova versão que aparece a minha primeira pergunta é saber se o Senhor Presidente da Câmara, com a nova portagem da A29 e A1, não acredita que o IC2 e a A32 atingem, imediatamente, os doze mil e quinhentos veículos por dia e portanto, passará a ser, automaticamente, “portajada”. --

----- A segunda pergunta, que quero fazer, é a seguinte: Acredita que um grupo financeiro vai



ser responsável pela sua realização e manutenção, vai fazer essa auto-estrada para não ser “portajada”? O Senhor Presidente, está ciente dos graves problemas que vão surgir para o Concelho de Águeda? Foi para desviar o trânsito de Águeda? Que serve toda a população, na zona industrial, nas aldeias, desde Mourisca, Trofa, Segadães, etc. e passará a ser impedida de a utilizar? -----

-----Tudo vai surgir na Trofa; os ataques aos valores ambientais, são sete casas que vão abaixo e não, como diz, o Estudo de Impacto Ambiental. Pergunto: Porque é que um Governo insiste em que o Mapa, que mostra três auto-estradas, há delas que estão a dois metros; aqui, quando nós temos ligações fáceis à A1 e vamos ter a A1 em Eirol? -----

----- Portanto, foi lançado um projecto, que é um estudo também das auto-estradas mas, penso que nada foi feito e questionando o Senhor Presidente da Câmara, gostaria que respondesse se este IC2 – A32 vai ser uma dádiva de “Deus”, ou vai ser mesmo uma desgraça para o Concelho de Águeda? Porque tira o trânsito, novamente, do interior de Águeda, que vai ser *portajada* e faz a desgraça em várias Freguesias, como em Espinhel e sobretudo na Trofa.” -----

----- Senhor **Evaristo António Saraiva Martins**: -----

----- “ O que me traz aqui também é o A32 - a auto-estrada e eu ouvi, agora, a posição do Senhor Vidal que diz que, de facto, a auto-estrada vai criar problemas a Águeda, em vários sentidos, atendendo principalmente a um aumento de tráfego que existe na A1 e na A9. -----

----- Eu estou aqui a representar um grupo de cidadãos e a nossa posição sobre este assunto é simples: Nós, hoje, aceitamos que, de facto, à partida, a A32 não parece ser necessária, atendendo que temos a A1 e a A9, mas sendo elas “portajadas” e como diz, e muito bem, o Senhor Vidal, haverá um aumento de tráfego e o mesmo para a A32 e ao ser “portajada” tem que haver uma alternativa, porque caso não haja a A32 todo o trânsito, no fundo, acaba por ir para o IC2. Assim sendo, “é pior a emenda que o soneto”, como se costuma dizer. -----

----- Portanto, o que nós achamos e defendemos é que, de facto a A32 passe, que a Câmara Municipal mantenha a posição que tomou, que é a favor do Estudo de Impacto Ambiental. Um estudo feito por uma entidade idónea, não tem qualquer tipo de posição em relação a esta Região. Portanto, o que nós pretendemos é isso mesmo e gostávamos de saber qual é a posição neste momento da Câmara Municipal, atendendo que também uma proposta que passa a poente ainda daquela que defende o Estudo de Impacto Ambiental. -----

----- Gostava de saber, por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, qual é a posição oficial, neste momento, e o que é que pode defender”. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato, deu-se início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** usado da palavra, nos termos que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- “ Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem de Trabalhos com uma Moção, que é apresentada pela Mesa da Assembleia, cujo teor é o seguinte: -----

----- “ *A Tragédia quando vem não escolhe nem parte, nem opção, nem cultura, nem religião é focada numa direcção e num sentido, global e arrasadora, assassina e destruidora, causando revolta, morte, perdas e destruição.* -----

----- *O que aconteceu na Ilha da Madeira enlutou todos os Portugueses, deste país multifacetado mas unido e solidário nos sentimentos e na dor, com os irmãos da Região Autónoma da Madeira.* -----

----- *O horror das imagens chocou todos os Portugueses e nesse sentido também os deste concelho de Águeda e desta Assembleia Municipal.* -----

----- *Por isso proponho a esta Assembleia Municipal de Águeda que sejam aprovados: -----*

----- *Um sentido de voto de solidariedade com todos, que foram vítimas, e com toda a Região Autónoma da Madeira.* -----

----- *Um sentido voto de condolências a todos os Madeirenses e especialmente às famílias enlutadas e destruídas.* -----

----- *Um sentido voto de coragem e de ânimo para todos quantos perderam bens e vidas económicas e profissionais.* -----

----- *Todos juntos vamos conseguir dar mais uma volta à vida e requalificar a nossa e vossa Pérola do Atlântico.* -----

----- *Que seja dado conhecimento deste voto ao Senhor Presidente da Assembleia Regional da Madeira e aos seus Deputados em representação de todos os Madeirenses.”* -----

----- A **Moção** sobre a **Tragédia da Madeira**, apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e tendo sido colocada a votação, verificou-se que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a mesma. Na sequência da aprovação desta Proposta de Moção e, em reforço

dos sentimentos de solidariedade que tal tragédia motivou, foi guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas de tão sentida catástrofe que envolveu o País.” -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** deu início ao **Período de Intervenções Antes da Ordem do Dia**, concedendo a palavra aos Senhores Deputados, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra:

----- **Deputado, José Carlos Raposo Marques Vidal (PS):** -----

----- “ O que me traz aqui hoje, é apenas para fazer três questões ao Senhor Presidente da Câmara. Municipal. -----

----- Ultimamente, foi notícia e, é notícia, que houve problemas com os pagamentos realizados aos Funcionários da Câmara. Municipal., pagamentos indevidos. Eu gostaria de saber que situação é que se passou formalmente e quais são as opções que a Câmara Municipal tem tomado para resolver essa situação. -----

----- Tomei conhecimento através dos Jornais que uma obra do Executivo do PSD, uma via de comunicação em Barrô, tinha sido entregue e que, segundo aquilo que percebi, não coincidia com o Plano da Obra e aquilo que foi pago com o que realmente está construído. -----

----- Gostaria, também, que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse essa situação, assim como quais foram as medidas tomadas pelo Executivo Municipal. -----

----- Tomei, também, conhecimento através dos Jornais, que tinha sido suspenso o Processo Disciplinar ao Engenheiro José Barreira, pelo que gostaria de saber o porquê, visto que foi aprovado em Reunião de Executivo e, bem como saber quais os fundamentos de tal decisão.” ---

----- **Deputada, Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- “ Eu vou fazer uma intervenção sobre um problema relacionado com o Ano Europeu da Pobreza e de Combate à Pobreza e Exclusão Social, mas também gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse o assunto que trouxe aqui o Deputado José Vidal. -----

----- Gostaria de saber o que se passou com a referida obra, porque julgo que o Senhor Presidente da Câmara tem dentro da Autarquia todos os elementos para estar devidamente esclarecido e portanto, nós gostaríamos também de ter esses esclarecimentos. -----

----- Também gostaria de saber se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, recebeu o Relatório de 2009 que eu enviei da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Águeda, antes de eu terminar a Presidência e antes da carta do Deputado José Vidal, uma vez

que não fez qualquer referência como correspondência recebida. -----

----- O meu tema fundamental é sobre a Declaração do ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social. -----

----- A União Europeia decidiu instituir o ano de 2010 como o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. -----

----- O grande objectivo do Ano Europeu é reafirmar, na sequência das decisões da Agenda de Lisboa (2000), que o combate à pobreza e à exclusão social continua a ser um dos compromissos políticos mais importantes da União Europeia e dos respectivos Estados – Membros. -----

----- Na União Europeia, muitos milhões de pessoas vivem ainda em risco de pobreza e muitos desses milhões são crianças, jovens e idosos. -----

----- Este Ano de 2010 é uma oportunidade renovada para reafirmarmos que os actuais níveis de pobreza e de desigualdade são inaceitáveis e que o empenho da União Europeia na solidariedade, na justiça social e no aumento da coesão, são os meios para conseguir um impacto decisivo no sentido da erradicação da pobreza e da promoção da igualdade de oportunidades, para sensibilizar a população para os problemas da pobreza e mobilizar todas as entidades. -----

----- Todos estamos de acordo que o problema da pobreza deve ser encarado na óptica dos direitos de cidadania, reconhecendo o direito fundamental das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e a participar activamente na sociedade. -----

----- Uma sociedade moderna e solidária deve ser capaz de garantir o bem-estar de todos os seus membros, aceitando as diversidades e as diferenças, empenhando-se em acções concretas com verdadeiro impacto na vida das pessoas e na redução da pobreza. -----

----- É preciso responsabilizar e mobilizar o poder local e todo o conjunto da nossa sociedade neste esforço de erradicação das situações de pobreza, por via de um verdadeiro envolvimento e consciencialização de todos os actores. -----

----- O Município de Águeda deve reforçar os recursos e instrumentos já existentes, criar outros, como dinamizador e catalisador das iniciativas das entidades e estruturas da sociedade civil com actividades no âmbito do desenvolvimento social, como sejam as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Associações, a Plataforma Concelhia da Rede Social, os sindicatos, as

associações empresariais e outros parceiros do diálogo social, bem como a população em geral.

----- Há vários anos, o nosso Concelho de Águeda tem vindo a fazer um percurso notável, na redução dos níveis de risco de pobreza. -----

----- Tem-se acentuado o desenvolvimento das actividades das instituições particulares de solidariedade social no apoio aos mais carenciados. O reconhecimento do direito a condições de vida digna tem que ser um dos pilares essenciais, uma das linhas mestras da política do poder local. -----

----- Conhecemos a magnitude da nossa situação social e a complexidade que a envolve. Também neste Concelho de Águeda há agregados familiares afectados pela pobreza e exclusão social. -----

----- A minha vivência no desempenho da presidência da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Águeda permite-me afirmar, conscienciosamente, as dificuldades socio-económicas e a persistência da pobreza e exclusão no nosso concelho. -----

----- É preciso mobilizar vontades para o combate de todos nesta situação de crise social agravada pelo desemprego. -----

----- Queremos que as nossas crianças e jovens cresçam e se desenvolvam em ambiente familiar livre de privações e de exclusão; queremos que os idosos tenham condições de vida dignas e não lhes falte o dinheiro para os medicamentos; que o acesso aos serviços sociais de qualidade esteja disponível para todos os cidadãos e famílias, em especial os mais carenciados e vulneráveis; queremos reafirmar que a pobreza e a exclusão não são compatíveis com uma sociedade livre e democrática; queremos apelar para que o nosso concelho seja um concelho mais solidário. -----

----- O combate à pobreza e à exclusão social significa enfrentar os problemas que estão também na nossa comunidade, nas pessoas que trabalham ao nosso lado, nas pessoas que vivem na nossa rua, nas pessoas que perderam o sorriso e a esperança. -----

----- O diagnóstico das nossas necessidades no campo social está feito. -----

----- Não é esta curta intervenção, feita perante o Executivo Camarário e perante os membros da Assembleia, que conhecem bem a situação social do nosso Concelho, o momento próprio para apresentar propostas que não se limitem a multiplicar os meios paliativos, por mais indispensáveis que sejam em casos urgentes e graves. -----

----- Todavia, não queria terminar sem deixar dois pequenos contributos para o orçamento participativo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal em breve irá submeter à discussão e votação nesta Assembleia. -----

----- É a sugestão para que seja prevista uma dotação orçamental, viabilizando a criação de um programa de ocupação temporária de jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, contribuindo para sua formação, afastando-os dos perigos que podem conduzir a situações de marginalidade, ao mesmo tempo que lhes faculte, entre outras, o desenvolvimento de actividades lúdicas, culturais, educativas, desportivas e sociais. -----

----- Não é nenhuma solução milagrosa para acabar com a pobreza nem Programas desta natureza são novos no âmbito das autarquias locais. -----

----- É dar voz às preocupações dos jovens, dar-lhes uma mão amiga, ajudar a reforçar a solidariedade entre gerações e contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias do nosso Concelho. -----

----- Outra das medidas mais eficazes para lutar contra a pobreza e exclusão social, seria o Município de Águeda assumir a criação de um Fundo Social no Concelho, em benefício dos cidadãos mais afectados pela actual conjuntura económica. -----

----- As receitas do Fundo podem ser provenientes de pessoas singulares ou colectivas, de dotações do Orçamento Municipal, de percentagem de vendas de bilhetes em eventos e iniciativas culturais ou desportivas. -----

----- O Apoio do Fundo a Agregados Familiares, em situação de comprovada carência económica, seria da competência da Câmara Municipal, nos termos do Regulamento a submeter à aprovação desta Assembleia. -----

----- A Câmara Municipal deve ainda reforçar o apoio a todos os organismos e instituições que actuam no Concelho de Águeda em áreas tão diferentes como a infância, a terceira idade, a pobreza e a exclusão social, a deficiência, a toxicodependência ou a violência doméstica. -----

----- A desigualdade não está apenas na condição social dos mais pobres ou dos que são considerados excluídos, mas na relação que a sociedade, dita maioritária e normalizada, estabelece com esses cidadãos. -----

----- Praticar a justiça nas relações sociais, garantir a qualidade de vida e o bem-estar social, reforçar a solidariedade, defender os direitos e a dignidade dos mais vulneráveis, passar das

palavras às acções deve ser a nossa preocupação neste Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social. -----

----- Termino com o lema do Ano Europeu: -----

----- POBREZA É FICAR INDIFERENTE! -----

----- Juntos por uma sociedade para todos.” -----

----- **Deputado, Tiago André da Costa Soares (PS):** -----

----- “ Eu venho aqui meramente e unicamente fazer uma constatação; um apelo e uma questão.

----- Uma “Constatação de Parabéns” à Câmara Municipal pelo facto de ter lançado, neste mês, o Banco Local de Voluntariado de Águeda, neste momento de tragédias que nós assistimos por este País fora e mesmo por este Mundo fora. Neste momento de crise social, de tragédias sociais e de efectiva pobreza, existente nos diversos seios das nossas Populações. -----

----- Num momento difícil, como este, nasce em Águeda um novo instrumento que pode ajudar, efectivamente, a uma maior união entre as IPSS's do Concelho; a uma maior conjugação de esforços e, acima de tudo, a uma maior ajuda àqueles que, efectivamente, necessitam; também aliado o papel que pessoas e, principalmente, jovens podem ter na cooperação com as IPSS's, sendo voluntários. -----

----- É um instrumento que nós devemos ter conta e que deve avançar a todo o gás. -----

----- Depois, um “Apelo” - um apelo para que um projecto que, efectivamente, teve impacto ao nível do tecido social e económico do nosso concelho e que foi a reactivação e Competitividade de Águeda, a chamada *RIC Águeda*, tenha um futuro efectivo, tenha uma continuidade. -----

----- Um Apelo porque, efectivamente este projecto foi um sucesso em dois mil e oito, durante os doze meses em que foi praticado. Teve frutos em Águeda: lançou valor acrescentado no tecido empresarial, lançou novos projectos que não ficam meramente pela superfície, mas sim, ao cerne da questão e tentam incutir novos valores do desenvolvimento Económico em Águeda. ----

----- Portanto, queria fazer este Apelo para que, efectivamente, programas como este continuem a existir. Este programa está agora candidato a um prémio, o que significa a qualidade do programa e portanto daí fazer este Apelo para que continuemos nesta onda positiva de apoio ao sector empresarial de Águeda. -----

----- Por último, uma “Questão”: que foca-se no Conselho Municipal de Juventude de Águeda. Águeda e, especificamente, a Câmara Municipal é um exemplo, após aprovação da Lei na

Assembleia da República, que exige a existência de Conselhos Municipais de Juventude em todos os Concelhos do País, Águeda foi das primeiras e das únicas a aprovar atempadamente em sede de Assembleia Municipal o seu Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Águeda. -----

----- Estando certo que as coisas estão a correr da melhor forma, eu queria saber de que forma neste momento, a Câmara Municipal de Águeda olha para o Conselho Municipal da Juventude e em que pé é que estamos, na medida em que novos espaços têm que ser dados para que o processo avance, tal como tem avançado, e bem, nestes últimos meses.” -----

----- **Deputado, António Manuel de Almeida Tondela (PSD):** -----

----- “ Queria apresentar duas situações ao Senhor Presidente de Câmara ligadas à freguesia onde eu resido e à Zona Norte do Concelho e uma outra situação que tem a ver com a Educação. -----

----- Começo por lembrar que já quando fui Vereador no anterior Executivo, trouxe esta situação várias vezes à reunião do Executivo Camarário, podendo hoje, voltar a falar no mesmo assunto. -

----- A questão prende-se com a situação da Carreira de Tiro, inaugurada em Dezembro de dois mil e oito, segundo vi na Comunicação Social, aquele espaço construído com alguma pompa e circunstância por parte da vinda do Senhor Ministro da Administração Interna, parece que não está operacional. -----

----- Deste modo, gostaria de saber o que é que se passa com essa situação e o que leva a essa situação. -----

----- Numa altura, em que falámos sobre esta situação, em reunião de Executivo Camarário, eu disse ao Senhor Presidente da Câmara, se é que se lembra disto, que para mim era tão importante ou mais importante um Posto Novo para a GNR de Valongo do Vouga. Foi-me dito, na altura pelo Senhor Presidente da Câmara que tinha havido uma avaliação por parte da GNR e que essa avaliação foi superior, o que fez ficar de lado a execução do novo espaço. Mas o Vice-Presidente também disse na ausência do Senhor Presidente, que se houvesse em reunião de executivo, espaço ou um terreno, que essa obra podia vir a ser lançada ou, pelo menos, passar à prática, pelo que gostaria de saber se essa situação se mantém. -----

----- Entretanto, ao longo destes dois primeiros meses, do ano de dois mil e dez, em Valongo do Vouga, fomos confrontados, com a situação que se prende com o Posto Médico de Valongo do



Vouga, nomeadamente, com a falta de médicos: médicos que passaram à reforma. -----

----- A Junta de Freguesia de Valongo do Vouga tomou e liderou um processo, pelo qual expresso aqui os meus parabéns ao Senhor Carlos Alberto, Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, pelo empenho que teve na busca de soluções para alguns problemas, nomeadamente, as pessoas mais idosas, que ficavam sem poder ter atendimento e sem as suas receitas, e a uma resposta que lhe foi feita numa conferência de imprensa sobre o que ele achava do Posto Médico, em que ele disse que não tinha condições e se havia condições para fazer um novo. -----

----- Eu concordo, plenamente, com esta expectativa, porque Valongo do Vouga - a maior Freguesia do Concelho a seguir a Águeda, precisa realmente de um espaço com condições para a Saúde. -----

----- Lançava aqui a ideia ao Senhor Presidente da Câmara, para que tivesse em atenção esta situação e, se calhar numa parceria conjunta: Câmara Municipal – Junta de Freguesia – Casa do Povo e o Governo Central, porque quer queiramos quer não, o Governo Central nunca investiu na parte da saúde em Valongo do Vouga. -----

----- O Posto Médico é da Casa do Povo, em determinada altura eu fui ver às actas e verifiquei que foi um edifício que foi legado para a população, acho que foi essa a vontade. -----

----- Sabemos que estamos em fase de contenção de despesas mas, o que é certo, é que temos que começar a planear estas situações, já o deveríamos ter feito há muito tempo, e eu já tinha dito isso numa Reunião de Câmara. -----

----- Finalmente, para não me alongar mais, quanto à questão da Educação, quero lembrar o Senhor Presidente da Câmara que, em vinte cinco de Agosto de dois mil e nove, ou seja, fez ontem seis meses, em que a Câmara Municipal lançou um Concurso Público para nove Assistentes Operacionais para a Educação, o que é certo, é que já lá vão seis meses e até agora as Escolas, que necessitam destes quadros, continuam à espera. -----

----- Eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse o que se passa com este Concurso; porque é que está tão demorado? Há condições, há reclamações? Senhor Presidente da Câmara, quando é que vamos ter a resolução deste concurso? O que é que está a impedir que ele chegue a bom termo? -----

----- Faltam nove pessoas para a Educação e ainda bem que a Câmara Municipal abriu o

Concurso, é sinal que reconheceu a sua necessidade, mas que fazem bastante falta nas Escolas e era pertinente que esta situação fosse rapidamente superada. -----

----- Pode dizer-me que venho tarde e más horas mas, de qualquer maneira, só há pouco tempo é que tive acesso ao Aviso do Concurso e, também, fiquei um pouco espantado da forma como é que se estão a seleccionar estas pessoas. É certo que a Avaliação Curricular é um dos critérios; outro é uma entrevista com Avaliação de Competências. Uma entrevista para avaliar competências? Eu não sei como é que, numa entrevista, se podem avaliar competências de trabalho e depois, com a agravante de que o Senhor Presidente da Câmara é psicólogo. Ainda por cima, reparem bem, vai-se avaliar este item de vinte a quatro valores, ou seja, vale vinte ou quatro valores. Se eu fosse de má fé e andasse aqui nestas coisas de má fé, o que não ando, mas eu podia dizer que esta foi uma maneira airosa de oferecer os lugares, mas não foi, de certeza. No entanto, eu gostaria de saber como é que uma avaliação se pode estar assim em peso a uma entrevista de vinte a quatro valores? Mas pronto, foi em dois mil e nove e agora temos que estar sujeitos a isso, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse quando é que temos os resultados deste concurso.” -----

----- **Deputado, Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

----- “ Vou começar a minha intervenção usando as palavras da Doutora Nair Barreto, porque está precisamente a fazer um ano, na Assembleia Municipal de Fevereiro de dois mil e nove, em que o PSD trouxe aqui uma proposta em relação à área social. Na altura, considerávamos que havia e, continua a haver, um momento de grande emergência social. -----

----- Apresentámos uma proposta que é a de acordo com o sentido daquilo que a doutora Nair Barreto hoje falou aqui; quantificamos com valores; com ideias como as que aqui hoje foram apresentadas; até propusemos apresentar uma alteração orçamental de duzentos mil euros para dotarmos o orçamento nestes valores para podermos responder a estas questões. -----

----- Estou simplesmente a recordar-me que faz um ano que nós apresentámos esse tipo de proposta. -----

----- Seguidamente, gostava de colocar uma questão que todos nós, ou pelo menos eu, e acredito que todos nós, no município de Águeda, estamos a receber cartas sobre a entrada do Município para a AdRA a partir de um de Abril. Nessa carta dizem-nos no final: “ *...caso não seja comunicada a leitura, será calculada uma estimativa mínima de cem metros cúbicos, pelo*

*que solicito a vossa máxima colaboração.*” Isto quer dizer o seguinte: Quem tem contadores onde a Câmara Municipal, habitualmente, não tem acesso, a Câmara Municipal diz que quem não comunicar a leitura vai cobrar cem metros cúbicos. -----

----- A primeira questão que eu coloco é a seguinte: Até quando é que se tem que comunicar a leitura? Até o início de Abril, que é quando entramos na AdRA? -----

----- Qual é o escalão que vai ser considerado? É o primeiro escalão? É o segundo escalão? Será isto legal? O facto de não comunicar a leitura do contador cobrar cem metros cúbicos? Eu tenho algumas dúvidas na legalidade deste assunto. Mas, com certeza que, neste momento, como andamos em grandes momentos de legalidade, a Câmara Municipal não iria cometer esta ilegalidade de fazer esta proposta. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, já que vamos entrar na AdRA a partir de um de Abril, continuamos todos à espera de saber quanto é que vamos pagar pela água? É impossível que nós saibamos esta informação. Já sabe dizer como é que isto vai, por que escalões? Não é por escalões? E “atalho de foice” também pelo saneamento, porque estaremos a pagar, segundo sei, por taxas diferentes. -----

----- É importante que nós saibamos toda esta informação. -----

----- Mas, hoje, a minha principal intervenção, vai no centenário dos Recursos Humanos, porque os Recursos Humanos é uma das áreas mais importantes que nós podemos ter dentro da nossa Organização. -----

----- Como sabe, Senhor Presidente, esta área é um Pelouro que o Senhor Presidente tem, além da formação para este efeito, assume este Pelouro e é uma das áreas que tem trazido mais problemas nos últimos tempos ao nosso Município. -----

----- Todos nós recordamos, quando há quatro anos e meio, aquando da Tomada de Posse do Senhor Presidente, a enxurrada de processos disciplinares anunciados e não anunciados, feitos e não feitos, que por aí se disse que ía haver. -----

----- Passados estes tempos todos, enfim, não conhecemos grandes resultados disso mas, recentemente, somos confrontados com três novos casos: -----

----- O primeiro caso, tem a ver com os Trabalhadores Estudantes. Nós entendemos que todas as pessoas que, no exercício do seu trabalho, queiram continuar a formar-se e a contribuir para a sua formação, devem utilizar este estatuto. É importante que as pessoas continuem e invistam

na sua própria formação. Sabemos, e muito bem, que o Senhor presidente também, em muitos casos, mo apoia; até mesmo junto do seu Gabinete de Apoio, quer ao Presidente, quer ao Executivo, têm pessoas que fazem formação fora de horas; fazem formação no seu horário de trabalho. -----

----- Sabemos também que, muitas das vezes, algumas pessoas, que não precisam utilizar o Estatuto de Trabalhador Estudante porque têm liberdade de horário, enquanto que há outras pessoas que são obrigadas a picar o ponto, não têm liberdade de horário e têm que utilizar o Estatuto de Trabalhador Estudante. -----

----- Nos últimos tempos, fomos confrontados por notícias dos jornais, em que houve alguns casos de pedidos de Estatuto de Trabalhador Estudante, que foram recusados pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Concretamente, gostávamos de saber quantos pedidos foram recusados pelo Senhor Presidente neste ano lectivo? -----

----- Quais foram as razões invocadas para o Senhor Presidente da Câmara não autorizar? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara está a pensar reconsiderar a sua posição sobre este assunto? -----

----- Deixo estas três questões específicas sobre esta matéria. -----

----- Relativamente ao segundo caso e, sempre indo ao encontro do que disse o Professor José Vidal *“as ditas queixas ao Ministério Público”*: Assistimos a mais uma notícia sobre queixas ao Ministério Público, nos Jornais. -----

----- Entendemos que, sempre que o interesse público é lesado, os prevaricadores devem ser punidos; somos mesmo intransigentes neste assunto. -----

----- Com certeza que, neste caso, que vêm noticiados nos jornais, penso que serão duas obras e não uma obra, pagas e não executadas na Freguesia de Barrô, o Senhor Presidente já falou com os técnicos que assinaram os autos de medição dos mesmos? -----

----- Sobre este assunto coloco as seguintes perguntas ao Senhor Presidentes da Câmara: -----

----- Pode nos dizer que justificações deram os técnicos para o terem feito? -----

----- Foi feito algum inquérito interno a este processo? -----

----- Já falou com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barrô para saber qual a explicação que ele tem para isto? -----

----- Quanto ao terceiro ponto, e aqui posso dizer que vemos isto não pelas notícias dos Jornais, sabemos que terão sido feitos pagamentos indevidamente a trabalhadores desta Autarquia, referentes a actualizações de salários. -----

----- Pedimos, ao Senhor Presidente da Câmara, que nos confirme se isto é verdade ou mentira. Se for verdade, agradecia que nos esclarecesse no seguinte: -----

----- Primeiro ponto: em que ano e mês foram os mesmos feitos? -----

----- Fala-se em valores pagos a mais na ordem dos trezentos mil euros, pode nos dizer qual é o valor em causa? -----

----- Sabe-nos informar em que conta do orçamento provavelmente em dois mil e nove, é que está cabimentado este pagamento? -----

----- Pode-nos garantir que foram cumpridos todos os Procedimentos Administrativos legais exigidos pela lei? -----

----- Senhor Presidente da Câmara, pergunto: “Quem mandou pagar?” É importante para todos nós saber quem mandou pagar. -----

----- Foi aberto algum Inquérito Externo sobre este pagamento? É claro que, este Inquérito, do nosso ponto vista, nunca pode ser conduzido, nem pelo Senhor Presidente da Câmara, porque é o detentor da área dos Recursos Humanos e, em última estância, lhe cabe esta responsabilidade, nem de qualquer representante dos trabalhadores, porque também têm parte neste processo. -----

----- Pergunto: Foi aberto algum Inquérito? -----

----- Senhor Presidente, se os Trabalhadores não devolverem o dinheiro, quais são as consequências? Vai o Senhor Presidente da Câmara processá-los? -----

----- Referindo-se a isto, a uma alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores e, sendo isto um dos direitos dos mesmos, vai o Senhor Presidente da Câmara propor que esta alteração venha a ser feita no futuro, com efeitos retroactivos? -----

----- Senhor Presidente, parece-me que são muitos casos à volta dos Recursos Humanos, pelouro esse, que é seu. -----

----- Como sugestão, pergunto: “Não seria de pedir a uma Empresa Externa, que fizesse uma auditoria ao funcionamento dos recursos humanos na Câmara Municipal de Águeda, até para ver se conseguimos reduzir todos estes problemas? -----

----- Senhor Presidente, a Câmara Municipal não pode viver com eternas suspeitas sobre Funcionários e sobre Processos, com processos e mais processos... onde se procura muitas das vezes, crucificar os funcionários pelo erro administrativo e não pelo prejuízo que o município possa ter tido. -----

----- A Câmara Municipal de Águeda não pode continuar a ser um “*Laboratório Judiciário*”, onde se discute o Direito Administrativo, onde a obra vai ser sempre adiada em nome dos erros dos outros; de organização interna, que afinal não é assim tanto quanto isso pelo que se vai vendo, do Estado da Nação e em nome de outros que mais.” -----

----- **Deputado, Wilson José de Oliveira Dias Gaio - PJJ de Barrô – PSD:** -----

----- “ Senhor Presidente da Câmara, não está aqui presente o Senhor Vereador Jorge Almeida mas, penso que poderei falar sobre o assunto discutido com ele. Falámos em repetir neste Plano, a Obra da Zona Industrial de Barrô, na drenagem de águas pluviais, queria pedir-lhe, encarecidamente, que passasse do Plano de dois mil e nove, assim como outras obras, para o Plano de dois mil e dez. -----

----- Perdoem-me um pouco o nervosismo mas, há um outro tema que eu gostaria de falar aqui, que me toca profundamente, porque põem em causa notícias que já foram aqui referidas; põem em causa o bom-nome da Freguesia de Barrô; dos representantes da Junta de Freguesia de Barrô e eu neste sentido e, porque são notícias que têm saído nas últimas três semanas, queria aqui deixar o seguinte esclarecimento: -----

----- Primeiro, o ano e a data precisa destes acontecimentos, não querendo, enquanto presidente da Junta, descartar responsabilidades eventuais da junta, que não aconteceu no mandato passado; aconteceu no mandato de uma pessoa que eu tenho a maior confiança, prezo pelo trabalho excelente que fez pela Freguesia – o Senhor António Graça. -----

----- Nesse sentido e, como estas situações incomodam bastante as pessoas, fui-lhe perguntar as possíveis razões do sucedido. Até porque estas obras estavam nos planos antes de ir para a Junta de freguesia e foram andando nos Planos: dois mil e seis, dois mil e sete; dois mil e oito e dois mil e nove. Eu penso, nomeadamente, mas não vai entrar no Plano, porque já está adjudicada numa dessas obras. -----

----- A responsabilidade dessas coisas é da Câmara Municipal, não é da Junta de Freguesia mas, como estas suspeitas são assuntos demasiado graves, eu perguntei ao Senhor António

Graça, se ele sabia porque é que isto, eventualmente, tinha acontecido. Sem falarmos em datas, até porque a idade do Senhor António Graça, não é já a que devia ser mas, ele disse-me e, digo isto com autorização dele, que tinha a ideia que tinha sido impossível fazer estas duas obras por causa de dois particulares e que se tinha aproveitado para uma Obra que não estava no Plano. Agora, se isso é legal e se foi o que aconteceu, eu não sei. Queria era que Barrô e o Presidente da junta não tivesse que andar a justificar pelas ruas de coisas que não terá culpa. -----

----- As minhas desculpas e antes de terminar queria agradecer ao Senhor Manuel Campos a dispensa deste tempo.” -----

----- **Deputado, António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, antes que haja depois alguma dúvida, eu devo dizer e esclarece-lo que pedi ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo e ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Alcôba que, amavelmente, aceitaram ceder-me o tempo deles, para juntar ao meu tempo, se necessário for. -----

----- Em primeiro lugar, eu queria agradecer a amabilidade do professor José Vidal, pelo agradecimento que aqui fez. Não é uma questão modesta, mas acho que não tenho o direito a esse agradecimento, porque aquilo que eu dei foi praticamente mais a minha presença, porque o esforço da Comissão Alargada foi, infelizmente muito pouco e espero que a minha sucessora, Eunice Neto, consiga fazer bem mais do que aquilo que eu fiz. De qualquer das formas, não deixo de agradecer a gentileza do Professor José Vidal com o que aqui veio transmitir ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- Queria, também, agradecer, publicamente, o esforço e a forma dedicada e inteligente como a Funcionária desta Câmara Municipal, *Olga Pereira*, tem trabalhado nos últimos tempos. Creio que todos os Senhores Deputados notaram que as Convocatórias e toda a Documentação referentes à realização das Sessões, nos têm chegado, muito mais cedo, do que aquilo que era habitual. Eu não teria esse esforço. -----

----- Deste modo, eu não posso deixar de agradecer e louvar, Publicamente, nesta Assembleia Municipal, o trabalho desta Funcionária, que deve ser reconhecido. -----

----- Antes do Período da Ordem do Dia, eu devo referir-me a algumas coisas que vi nos Jornais. Vou começar pela reunião do Executivo e por uma nota que eu acho que é negativa e vou dirigir-me, directamente, ao Senhor Vereador do Executivo, Doutor Brito Salvador, para lhe dizer que

foi com alguma perplexidade que eu li, que o Senhor Vereador acha que os assuntos privados tratados nas reuniões do executivo não deveriam sair na comunicação social, nem deveriam ser exteriorizados. Assim como o PSD, também acha que aquilo que se diz nas Actas não é aquilo que lá se faz, pelo que recomendo ao Executivo que mande gravar as reuniões e devo dizer que o Executivo, estando representados o PSD e o PS, nós sabemos através dos respectivos Vereadores chegam às respectivas Comissões Políticas e aos Grupos Municipais, os ecos daquilo que se passa nas reuniões do Executivo. -----

----- O CDS não tem ninguém, inteligente, na Vereação, porque o Concelho de Águeda entendeu não votar no CDS com o número de votos suficientes para que lá tenha; há vereadores independentes nestas Assembleia que têm o direito de saber o que é que se passa no Executivo.

----- Ultimamente, massacrados com os problemas da “*Face Oculta*” e com o problema do *Segredo de Justiça*, eu queria lembrar que sou, absolutamente, contra o fecho da informação e o fecho das discussões às paredes dada ao executivo e “*exijo*” que aquilo que se trata, seja da Ordem de Trabalhos, sejam problemas privados, mas que digam respeito ao Município; seja através da Comunicação Social; seja por comunicações directas aos Grupos municipais, seja transposto cá para fora, porque as paredes duma Instituição como esta, devem ser de vidro e não devem ser de tijolos, nem de qualquer outra matéria não transparente. -----

----- Devo, ainda chamar aqui a liça, o problema da “*Casa do Engenheiro*”. É, efectivamente e, se calhar, o processo mais vergonhoso na história Urbana de Águeda, depois do Vinte Cinco de Abril. Já foi votada, salvo erro três vezes nesta Assembleia Municipal, a utilidade pública da “*Casa do Engenheiro*”. -----

----- Numa das Assembleias realizadas, num determinado mês de Setembro de há alguns anos, mal convocada e regularmente convocada, em que depois se questionou e está aqui gente que ainda se lembra entre o substancial e o formal. -----

----- Eu impugnei essa Assembleia em Tribunal mas, como os Tribunais em Portugal são tão giros que acreditaram na mentira que o advogado da Câmara expôs a esse mesmo Tribunal. Não chamaram quem estava a contestar, e nem sequer me ouviram Portanto, deram razão à Câmara Municipal. -----

----- Como neste País não vale a pena andar para a frente com a justiça, porque “*Justiça*” é uma coisa que, dificilmente, se consegue encontrar hoje em dia. Eu deixei ficar o assunto em águas



de bacalhau porque também em termos de efeitos práticos era já mais uma questão formal do que propriamente substancial. -----

----- Queria só perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, aliás por razões daquilo que vem na comunicação social “*Que não foi feito uma vistoria porque o Advogado da Câmara tinha encontrado algumas irregularidades.*” Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que irregularidades foram essas? Sendo o prédio em questão e, que deu origem a essa expropriação de uma empresa privada, eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se todos os restantes confinantes que lá estavam, foram pagos pela Empresa “*José Maria Oliveira & Filhos, Lda.*” que é a Empresa em causa, para verificar, eu queria perguntar se a Câmara Municipal, desta vez, vai indemnizar a expropriação pública ou se ela se enquadra dentro daquilo que deveria ser a empresa privada a fazer e só deveria ter recebido a Licença de Habitabilidade depois de ter resolvidos os problemas todos. -----

----- Portanto, eu quero saber se o Erário Público vai ser submetido a mais um esforço para pagar esta indemnização. -----

----- Quanto ao estatuto Trabalhador-Estudante que aqui foi referido pelo Engenheiro Hilário Santos, eu vou ser claro e transparente, como aliás, sempre sou, sempre me habituei e sempre habituei as pessoas a olharem-me como tal. -----

----- Eu recebi hoje um e-mail, de alguém que me questionou sobre esta questão do Estatuto de Trabalhador - Estudante e sobre mais outra questão. -----

----- Eu fui Trabalhador – Estudante, trabalhando numa Empresa Privada e, tive colegas, Trabalhadores – Estudantes na mesma Licenciatura, que eram Funcionários Públicos. Os meus colegas sempre usufruíram do direito que lhe concede a Lei ao tempo de Estudo, eu descontei sempre esse tempo nas minhas férias, porque numa Empresa Privada era extremamente complicado termos comportamentos como temos numa Empresa Pública. -----

----- Portanto, já estão a ver qual é a ideia que eu tenho sobre a Lei do Estatuto de Trabalhador – Estudante. -----

----- De qualquer das formas, Senhor Presidente da Câmara, a Lei é Lei e a Lei é para cumprir. Eu não sei se na Câmara Municipal de Águeda alguém se inscreveu nalgum Curso de Sexologia, mas se, de facto, se inscreveu, eu acho que tem os mesmos direitos, independentemente, de não exercer funções de sexologia nesta Câmara, que têm as outras pessoas. Se as pessoas

querem valorizar e o Senhor Presidente entenderá tal como eu entendo que nos últimos tempos, o senhor Primeiro-Ministro tem tido uma ânsia desgraçada de formar os Portugueses todos, até mandando-os para caixotes de formação e retirando-os, como sabe dos números de desemprego. -----

----- Logo, Senhor Presidente da Câmara, eu acho as que pessoas têm esse direito. Ninguém tem o direito de cortar a ninguém a vontade de se formar na área que nós poderemos entender, com alguma expressão, como as mais *patafúrdias* mas, nesta vida, como em tudo, gostos são gostos. -----

----- Portanto, em nome do bom senso, Senhor Presidente da Câmara, eu pedia-lhe que permita, quer aos seus Assessores, quer aos que não são seus Assessores, quer aos funcionários menores desta Câmara Municipal, que se, de facto se eles vão à formação e se presencialmente cumprem as obrigações que lhe implica a formação, Senhor Presidente, deixe cumprir a lei, não seja tão minucioso e dê o direito às pessoas, mesmo que às vezes hajam alguns pecados pelo meio, de usufruir de uma lei, que bem ou mal feita é uma lei e deve servir para todo o funcionalismo público, às vezes, serve para o Sector Privado. -----

----- Recebi uma carta da Senhora Vereadora, convocando para uma reunião em quatro de Março, para discussão e informação da Carta Educativa. -----

----- Tenho ouvido nos últimos tempos que alguns dos Pólos, está-se a pensar que eles sejam reduzidos. Presumo que essa reunião tenha a ver também com essa e outras situações referentes à Carta Educativa e Agradecia que me esclarecesse. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, falou-se aqui de uma situação delicada, penso eu, que é delicada, foi posta aqui em termos delicados e tem a ver com pagamentos e recebimentos. -----

----- Vou tentar ser pedagógico naquilo que vou dizer: Eu acho que na vida todos nós cometemos erros. As pessoas que estão à frente das Instituições estão mais sujeitas que as outras; quem normalmente não actua, não peca, nem erra. -----

----- Como o Senhor Presidente da Câmara sabe, o Senhor assinando ou não assinando, é o responsável máximo pela Câmara Municipal de Águeda e portanto, se esta situação tem alguma coisa de irregularidade, o Senhor Presidente da Câmara, é político e, pessoalmente, o primeiro responsável. -----

----- Haverá, eventualmente, mais responsáveis, se é que esta situação existe e se é que esta

situação é uma situação de responsabilidade. -----

----- Devo dizer aqui, muito claramente que, neste tipo de situação há dois culpados, se é que há culpados, se é que há culpados: há quem actuou, fez e deu, há quem recebeu e não se foi integrar se tinha direito ou não àquilo que recebeu. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, eu dir-lhe-ia que todo o pecado tem solução, dentro do bom senso, que acho que a raça humana deve ter quando tem problemas para resolver. -----

----- Provavelmente, se é que foi dado a alguém aquilo que não merecia, as pessoas, provavelmente, tê-lo-ão utilizado e, neste momento, necessariamente, terão alguma dificuldade em repor, no imediato, aquilo que não tinham direito. -----

----- Esperava eu que o Senhor Presidente da Câmara tivesse feito uma intervenção sobre esta questão, antes, até, de toda a gente o fazer mas, entendeu que não o deveria fazer. Talvez por alguma razão e eu não tenho que criticar. Só diria que isto é uma situação que exige bom senso; exige respeito de ambas as partes; exige que se veja cada uma das situações e, volto a falar no pressuposto, e que seja encontrada com cada uma das pessoas em causa uma forma razoável e facilitadora da resolução do problema. -----

----- Diria que, não façamos disto um invólucro político; esperando eu que, de facto, tenha sido meramente um erro de procedimento administrativo e mais não digo até conhecer os contornos da situação.” -----

----- Decorridas as interpelações dos Senhores Deputados, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda**, usou da palavra para prestar um esclarecimento, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “De seguida vou dar a palavra ao Professor José Vidal, mas antes queria fazer um esclarecimento ao Doutor António Salvador, vereador da Câmara Municipal que, de acordo com o artigo vigésimo do Regimento, vou-lhe dar o direito de resposta, antes da intervenção do Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- De imediato, para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao **Deputado, José Carlos Raposo Marques Vidal – (PS)**, que encerrou o que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu só vim aqui para falar na questão da situação dos direitos dos Trabalhadores – Estudantes. -----

----- Que fique claro aqui que o Partido Socialista, é a favor de todos os direitos dos Trabalhadores – Estudantes e incentiva toda a formação do trabalhador, seja em que situação for e para que isso exista, tem que haver um grande rigor na aplicação dessa Lei para que não haja abusos e mais tarde não sejam retirados direitos, como muitas vezes já houve em que situações de direitos adquiridos, por abusos desses mesmos direitos, mais tarde lhe são cortadas. -----

----- O Partido Socialista, na sua matriz ideológica, é logicamente a favor do Trabalhador Estudante; defenderá os seus direitos, até à última consequência, sendo a primeira a aplicação do rigor desse Estatuto.” -----

----- Seguidamente, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor **Vereador Brito António Rodrigues Salvador (PSD)**, para responder ao Senhor Deputado, António Manuel Fernandes Martins (CDS), resposta essa que se passa a transcrever na íntegra: -----

----- “Professor Doutor Martins, fez muito bem em referir este assunto porque de facto, também eu quando li a notícia resulta da leitura simples da notícia. Que eu sou da opinião que alguns assuntos contratados em privado ou chamados em privado na reunião do executivo, não devessem ser publicados.

----- Pois não foi isso que aconteceu e, na verdade, temos lutado para que as actas tentem reflectir o máximo daqui que realmente se passa nas reuniões. -----

----- A questão que eu levantei é muito clara e simples, é que se mandam retirar a Comunicação Social para tratar de certos assuntos depois, aparece esses mesmos assuntos na Comunicação Social, o que não faz sentido nenhum e é um contra-senso. -----

----- Mais, o que nos foi dito, foi feito de uma forma muito superficial, foi-nos dito, até, de uma forma informal e mais admirado fiquei quando vi a notícia no Jornal daquela forma e com aquele conteúdo e com aquele pormenor que até eu próprio desconhecia. -----

----- Se me dissessem que foi mudado o processo para cima da mesa, um processo enormíssimo para nós analisarmos, nós tivemos tempo de analisar. -----

----- Na verdade, não condeno o Jornalista que o fez e refiro-me expressamente ao Jornal Região de Águeda que tem sido, na minha opinião, tem sido o Jornal que mais fielmente e, até de uma forma mais correcta, transmite ao Concelho de Águeda aquilo que realmente se passa

nas reuniões. Temos tido muita dificuldade, meramente eu, de fazer valer esta posição nas Reuniões do Executivo, isto é, de que tudo o que é dito, seja relatado nas Actas. Mais, nós até já sugerimos que as Actas fossem gravadas. Essa posição, também, é nossa intenção.” -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Vereador, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder aos Senhores Deputados, respostas que se passam a transcrever na íntegra: -----

----- “Eu começaria por responder às pessoas que nos vieram questionar sobre a A32 e, posso dizer que sobre este processo foram entregues as propostas e devo dizer aqui que a A32 está no mesmo pacote de Estradas, que a ligação Águeda – Aveiro, embora sejam empreitadas diferentes mas estão no mesmo pacote, ou seja, é o mesmo concurso. Já foram abertas as propostas e estão em análise e conta-se que até ao fim do primeiro semestre esteja feita a adjudicação. -----

----- Aquilo que nós defendemos e que mantemos a defesa, aquilo que ficou acordado com o Senhor Secretário de Estado, foi pugnar pelo trajecto pelo traçado mais a poente, que não fez parte do Estudo de Impacto Ambiental, isto quer dizer que haverá um trabalho bastante complicado para ser feito, aceite pelos concessionários. -----

----- Quanto ao assunto dos pagamentos aos funcionários, posso dizer que houve um erro dos serviços. Também vos posso dizer que não estou à espera que a Assembleia me diga se devo fazer inquérito, se não devo fazer inquérito. Aliás, sou acusado de ter feito muitos e agora aqui vêm propor mas, eu mandei fazer dois Inquéritos Externos: um Financeiro e outro à parte Administrativa e sobre os procedimentos que foram tomados, que estão a decorrer. -----

----- Nós estamos a encontrar a debelar os erros e estamos em diálogo com os trabalhadores para repor e se houver alterações a fazer, pôr as coisas como deve ser, colmatar os erros, acabar com os erros, pôr a situação clara e a partir daí se houver reposições a fazer pelos trabalhadores, já o foi dito, será comunicado a cada um deles, que são os principais visados na situação, estão conhecedores de todo o procedimento e de tudo aquilo que está a ser feito, neste momento, na Autarquia. Estamos a procurar pôr o processo todo claro. -----

----- Quanto às Obras, que foi outro assunto vinculado aqui por muita gente, nós encontrámos obras que foram pagas que, quando foram feitos autos de recepção definitiva, aquilo que foi pago não correspondia com aquilo que estava feito. -----

----- Aquilo que cabe à Câmara Municipal é mandar para as Entidades competentes, para averiguar o que têm a averiguar. -----

----- Quanto à resposta de estar dentro da Câmara, eu convido a Doutora Nair, e dou-lhe todos os meios para encontrar essas respostas e poder esclarecer tudo, não há aqui dúvidas nenhuma a respeito disso. -----

----- Quanto ao que a Doutora Nair falou sobre o Ano europeu de Combate à Pobreza e o Engenheiro Hilário também, a respeito daquilo que devia ser feito pela Câmara, nós entendemos que, felizmente, que o Concelho tem uma rede Forte de IPSS's e tem também a Segurança Social. Entendemos que a Câmara tem que actuar supletivamente a estas entidades. Quando há necessidade a Câmara actua. Não há necessidade de criarmos mais uma estrutura, mais uma confusão; mais uma porta. Estão no terreno, se têm dificuldades, nós estamos cá para apoiar e já o fizemos. Não pomos nos Jornais quem é que precisou de apoio e a quem é que nós demos, mas fazemo-lo. Estamos a actuar nessa área em estreita colaboração com as forças que estão habitualmente, no terreno e que são as IPSS's. -----

----- Nós temos feito algumas coisas para os jovens; para aqueles jovens que andam no Secundário e têm dificuldades económicas. Estão fora da Escolaridade Básica mas, nós estamos a apoiar naqueles casos que têm dificuldades com os transportes a com por cento. Mas, também estamos a apoiar outros. Temos o Programa Águeda Solidária, a dar apoio àqueles que têm mais dificuldades e, àqueles que devem recorrer a eles; aumentámos o número de Bolsas do Ensino Superior, para os jovens e, também, sentimos que há uma falha na cobertura do Concelho a tentar estabelecer com as IPSS's ou motivá-las, para que tenham uma acção mais na área da Juventude. -----

----- Aquilo que se passa é que nós temos uma forte acção nos mais novos e depois temos nos idosos e sobretudo nos jovens há lacunas e nós precisamos de intervir aí também. -----

----- Quanto ao que o Deputado Tiago Soares falou sobre o Banco Local de Voluntariado, em que a Câmara Municipal se envolveu mas que, temos duas IPSS's que dinamizam e dão o rosto e que põem em execução. É este o modelo que nós queremos; a Câmara Municipal surge a apoiar mas, são as instituições que estão no terreno, que têm, que levam e que desenvolvem o maior número de actividades. -----

----- Quanto à Rede de Inovação e Competitividade, nós estamos a aprofundar este modelo.

Entendemos que tivemos êxito, foi interessante. As Empresas aderiram mas, agora, há que ir mais longe e iremos, dentro em breve, apresentar também aqui novas acções. -----

----- Quanto ao Conselho Municipal da Juventude estamos a solicitar a apresentação dos representantes das diferentes entidades que fazem parte deste Concelho. -----

----- No que respeita e respondendo concretamente ao professor Tondela, a carreira de Tiro foi projectada para tiro só a uma distância de vinte cinco metros e, na realidade, é preciso fazer tiro a várias distâncias e isso foi um erro, como algumas coisas que acontecem neste País que depois de estar feito verifica-se que não resulta muito bem. Disseram-me que durante o mês de Março serão introduzidas as alterações e há uma outra alteração que é necessário fazer, que é quando têm oito atiradores e há o risco de quando estão os oito a atirar que possam saltar os cartuchos e atingir o atirador que está ao lado e queimá-lo. -----

----- Portanto, são estas pequenas alterações que estão a ser feitas e que me disseram que até ao final do mês de Março estarão resolvidas. -----

----- Quanto ao Posto da GNR de Valongo do Vouga, desenvolvi alguns esforços em determinada altura mas, os comandos da GNR disseram que havia outros muito piores e que aquele não era uma prioridade, cortaram-nos as pernas. -----

----- Estamos a tentar pôr de novo este assunto na Ordem do Dia e, agora, com outras soluções.

----- Quanto à área da saúde, nós temos um problema grave, que é do País, não vale a pena camuflá-lo, temos falta de médicos. Houve aqui uma Acção, que foi do Senhor Presidente de Junta, mas também foi nossa, no sentido de tentarmos colmatar as dificuldades por que passou Valongo do Vouga e que nós acompanhamos muito perto, porque temos falta de médicos. Mas, posso-vos dizer estão previstos vir para a Região Centro mais vinte médicos e que alguns deles virão para Águeda e também em Recém-licenciados. -----

----- O problema da falta de médicos penso que daqui a cinco anos está resolvido, mas nós estamos a tentar resolvê-lo e que haja respostas sempre que possível e as melhores possíveis para as pessoas. -----

----- Portanto, aquilo que nós temos e, ainda na semana passada tivemos uma Reunião com a ARS, é que irão ser reforçados os médicos no Concelho de Águeda, porque estamos com um défice, não só em Valongo do Vouga, mas também noutras Freguesias. -----

----- Quanto ao Concurso de Excedentes para a Educação, sinceramente que eu não conheço

os trâmites em que foi feito. Eu acho que não estive em nenhum júri de recrutamento de ninguém nestes quatro anos. Aquilo que me passou esta semana pela mão, foi a lista de promulgação dada pelo júri. Mas, este procedimento só em prazos legais, que é preciso dar para que possam reclamar, é quase meio ano. -----

----- O Engenheiro Hilário Santos falou no preço da água. Aquilo que nós pretendemos com a carta que enviámos, foi para alertar as pessoas de que nos têm de enviar a numeração que lá têm, aqueles que os contadores não estão acessíveis. -----

----- O que é que se passa sistematicamente no Concelho de Águeda? -----

----- Nós fazemos a leitura dos contadores e onde não se tem acesso deixa-se um postal, mas as pessoas não mandam essa leitura e alguns com situações de meio ano; um ano; etc. As pessoas eram obrigadas há muitos anos, a colocar o contador cá fora, são obrigadas pelo Regulamento e não o fizeram. -----

----- Aquilo que nós pedimos é um esforço às pessoas, para nos fornecerem os números dos contadores, não queremos que sejam nem penalizadas nem beneficiadas, o que eles consumiram de água e é isso que nós queremos que eles paguem. -----

----- Aquilo que nós dissemos que iremos facturar cem metros de água é para aqueles que não lêem a carta e não fazem nada, se assustem com a conta e nos digam os números rectificadas. -

----- Nós não queremos cobrar mais do que temos direito, queremos dizer sim que há pessoas que há mais de dois anos que não mandam os números para a câmara e nós temos que ter algum mecanismo para tentar que nos dêem os números que era uma obrigação deles todos os meses mandar esses números, também poderíamos ter feito outras coisas, podíamos ter aumentado as estimativas ao longo do tempo e eles teriam vindo cá. Não o fizemos, tentamos manter as estimativas sempre de acordo com os consumos e agora chegou a altura em que nós precisamos dos números para podermos acertar todas as contas. -----

----- No que respeita ao preço da água, tirando o Município de Albergaria, mais nenhuma desta zona sabe ainda quanto é que vai pagar pela água. -----

----- Aquilo que sabemos é que, os aumentos daqueles que estão no escalão mais baixo, dos cinco metros cúbicos, o aumento não será superior a dois euros. -----

----- Quanto ao que o Senhor Wilson Gaio referiu sobre a Zona Industrial de Barrô penso que estava a falar na Rotunda. É que temos muitas dificuldades com os proprietários dos terrenos



para resolver aquela situação, pelo que ainda não foi resolvido há mais tempo. -----

----- Quanto às águas pluviais da Rotunda, precisamos de um projecto para ver onde é que vamos pôr e resolver aquela situação. -----

----- Quanto à transparência das Reuniões de Câmara, Senhor António Martins, devo lembrar que as Reuniões de Câmara são todas abertas e não há assuntos escondidos. -----

----- Aquilo que nós fazemos e é um procedimento que já vem de há bastante tempo, se estão em causa geralmente procedimentos disciplinares, há discussão antes de uma votação e entendemos que não deve ser passada essa discussão para fora. -----

----- As Actas das Reuniões de Câmara são um resumo daquilo que se lá passa, é reflectido na Reunião de Câmara. -----

----- Quanto ao que se refere à “*Casa do Engenheiro*” e quanto às irregularidades detectadas, foi que não tinham sido convocados todos os intervenientes, então que daria a mais impugnação. ---

----- Então, decidiram anular o procedimento para ver se fazem uma convocatória como deve ser, porque lembremos que convocaram um perito que já tinha morrido há vinte anos, depois convocaram outro que não fez o trabalho como deve ser e andamos neste “*forró*” há demasiados anos. -----

----- Quando a Câmara Municipal faz um Plano de Pormenor, os confinantes com as vias públicas que lá aparecem ganham, ao outro dia, logo após a aprovação, direito à construção, ou seja, se aquela casa está na via pública e esta é a leitura que eu tenho e que me é dada pela CCDR, aquela expropriação que está na via pública, é da Câmara Municipal de Águeda e será a Câmara Municipal de Águeda que tem de pagar aquela expropriação. -----

----- Podemos concordar ou não concordar, não estou a dar a minha opinião, estou a dizer aquilo que é um entendimento da CCDR. -----

----- Ao fazer um Plano de Pormenor e por isso nunca me ouviram aqui falar em Planos de Pormenor, é que as pessoas ganham capacidade edificatória ao outro dia, não é depois, é de imediato foi aprovado, não tem, a Câmara tem de opor. O problema que se passa é esse. -----

----- Portanto, penso que está respondido é a câmara que vai ter que assumir aqueles custos. ---

----- Quanto ao Estatuto de Trabalhador – Estudante, eu sou defensor do Estatuto de Trabalhador – Estudante, agora sou gestor da Autarquia e tem de haver aqui um equilíbrio entre a colaboração da pessoa para a autarquia e o que é que faz como Trabalhador - Estudante e

isto não pode ser só para um lado. -----

----- Quero Dizer que o Estatuto de Trabalhador – Estudante é um direito, mas aquele que quer estudar não chega à Câmara ou à entidade e diz que está aqui o meu Estatuto e agora tenho estas regalias todas. -----

----- Imaginemos que agora todos os funcionários da Câmara decidiam ir estudar, então arranjávamos um terço das pessoas para compensar. -----

----- Aquilo que se passou foi que houve que depor as coisas no sítio. Nós estamos cá para apoiar e queremos a valorização, porque entendemos que quem tem mais formação pode sempre contribuir muito mais para a organização mas, agora, não pode pôr em causa a organização e foi isso que esteve em causa. É uma situação que está regularizada com todos os trabalhadores também. Tomei medidas que foram radicais mas estamos num consenso e as pessoas sabem que têm um dever profissional para exercer na Autarquia e também sabem que podem trabalhar e têm de tentar conciliar as coisas. -----

----- A Câmara Municipal não pode ser um sítio onde se vem buscar o vencimento, porque se não temos que fazer muitas contratações para vir substituir. -----

----- Queremos a valorização das pessoas; estamos disponíveis para apoiar-as sempre que possível mas, por favor, não invertam os papéis. -----

----- Quanto à Monitorização da Carta Educativa, está a ser feita, inclusivamente tivemos duas reuniões com DREC recentemente, porque nós temos Pólos Educativos para construir e temos uns números de nascimentos de crianças do Concelho e temos de conciliar uma coisa com a outra. Nós não podemos estar a construir salas para, depois, não serem ocupadas. Vamos construir de acordo com as necessidades que há e que estão estudadas.” -----

----- Concluídas as respostas do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor **Deputado, Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD)**, para um pedido de esclarecimento, da forma que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Senhor Presidente, obrigado pelas suas respostas, sendo certo que nos vai embalando nesta Assembleia e nós não estamos aqui para ser embalados, estamos aqui para discutir os assuntos, claramente. -----

----- Em relação à carta da AdRA, basicamente aquilo que eu percebi é que a carta foi mandada sem nenhum fundamento legal, em relação ao que lá se diz que não é possível legalmente exigir

isto às pessoas mas estamos a cumprir uma ilegalidade de pressionar as pessoas a informar dos valores. É esta a conclusão que eu tiro, porque o Senhor Presidente embalou para a frente e para trás e nós perguntámos claramente: é isto legal? Percebi que era pela sua explicação, mas que era uma forma de pressão. -----

----- Em relação ao Estatuto de Trabalhador – Estudante, para sermos claros, concisos e precisos: Quantos pedidos foram recusados pelo Senhor presidente neste ano lectivo. Está a pensar retomar a sua posição? Nós queremos saber: foi algum caso recusado? Sim ou não? Quantos são? Isto é, está a pensar reconsiderar a sua posição? Sim ou não? -----

----- Penso que reconsiderará a sua posição, já o terá dito, dizendo que estão numa posição de consenso. Foram recusados? Sim ou não? -----

----- Em relação à segunda pergunta, ao Ministério Público, o Senhor Presidente, não respondeu ao que eu lhe perguntei. Pode-nos dizer que justificação deram os técnicos para terem feito aqueles autos de medição? -----

----- O que me apercebi na sua resposta, é que não terá tentado saber o que se passou. É isto que nos tentou dizer? Não sei. -----

----- Em Relação à questão dos pagamentos, as perguntas foram claras: Em que ano e mês foram os mesmos feitos? Fala-se em valores pagos a mais na ordem dos trezentos mil euros. Pode-nos dizer qual o valor em causa? -----

----- Sabe-nos informar em que conta do Orçamento é que está cabimentado este pagamento? Foram cumpridos todos procedimentos administrativos exigidos pela lei? Quem mandou pagar? Foi clara a pergunta: Quem mandou pagar? Já me respondeu em relação aos inquéritos, só gostava que nos informasse quem são as entidades que estão a fazer os inquéritos, para saber se tem parte activa neste processo ou não. -----

----- Eu expliquei que os representantes dos Trabalhadores pode não ser considerada uma Entidade Externa. -----

----- Eu estou a fazer um pedido de esclarecimento às perguntas feitas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que não me foram respondidas.” -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Hilário Manuel Ferreira dos Santos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado, resposta que se passa a transcrever na íntegra: --

----- “ Eu não tenho problemas nenhuns em responder a todas as questões e a esclarecer totalmente todos os assuntos. -----

----- Sobre a carta da AdRA e sobre os cem metros Cúbicos, eu posso dizer que face ao número de meses que as pessoas não responderam, os Serviços podem estimar que o consumo foi de duzentos, quinhentos, mil metros e portanto é legal, porque é uma estimativa que fazem. -----

----- É uma estimativa que é feita e não estão a obrigar a pagar aquele valor de estimativa; pode ser feita por excesso ou por defeito. -----

----- Meus Senhores, aquilo que nós queremos é que as pessoas nos comuniquem e que tenham um relacionamento transparente com a Autarquia e digam: “ *Nós neste momento, já não mandamos os números há não sei quantos meses; nós sempre atiramos o postal para o lixo, nunca ligamos nada para isso, mas agora, mandamos para aí..*”. Façam-nos esse favor. -----

----- Quanto ao Estatuto Trabalhador – Estudante todos os estatutos foram suspensos e, neste momento, estão todos concedidos a quem os solicitou e foi-lhes dito, claramente, que nós defendemos a Instituição e quando sentirmos que está colocada em causa o serviço na Instituição, há lá um artigo que diz que é o interesse público e fazemo-lo actuar. -----

----- Quanto ao que enviámos para o Ministério Público, nós não andamos aqui a fazer inquéritos de todos os procedimentos. Nós tomamos atitudes que entendemos que devemos fazer. -----

----- Encontrámos procedimentos que não estavam de acordo e fomos ver quem são as entidades. Já aqui chegou o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Barrô a dizer que o seu antecessor diz que foram outros lados. Eu acho que isto é grave, mas não sou eu, o Presidente da Câmara, que tenho que andar a fazer estas pesquisas, nem tenho que saber nada disto. -----

----- Aquilo que se passa, é que eu tenho que receber uma obra e a obra não está lá, é só isto que eu tenho que saber; se não está, que alguém procure, não é o Presidente da Câmara que tem fazer esta tarefa. Há outros Organismos do Estado que têm que o fazer e é para lá que eu remeto e nem quero saber mais do assunto; só quando me responderem a respeito disso. Aliás, quero porque tive que pedir pareceres jurídicos sobre o que é que nós temos de fazer, face a não termos encontrado. -----

----- O que é que vamos fazer? Não quero adiantar nada, porque posso estar a dar informações

incorrectas. -----

----- Quanto aos pagamentos, foram efectuados no mês de Novembro de dois mil e nove. Quanto aos valores em causa não é possível dizer neste momento, porque foram erros cometidos pelos serviços e portanto. Haverá verbas? Eu não sei se vamos até precisar de pagar mais. Eu não sei, mas estamos à procura e estamos a saber. -----

----- Eu Também disse aqui que houve duas entidades externas, que foram chamadas para averiguar e posso dar os nomes: uma foi o Jorge Silva para fazer uma auditoria financeira a todo o processamento de vencimentos do ano de dois mil e nove. Ele não é funcionário da Câmara, ele tem outros contratos com a Câmara. Vocês estão a pôr em causa a seriedade do Senhor Jorge Silva? Ele tem um contrato com a Câmara para fazer determinado serviço e não pode fazer outro Serviço? -----

----- Foi pedido a uma outra Câmara, a Câmara Municipal de Ovar, que viesse fazer uma auditoria aos procedimentos. -----

----- Querem mais esclarecimentos? Eu dou-vos todos os esclarecimentos, não tenho problemas a respeito disso.” -----

#### ----- **ACTA EM MINUTA** -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi solicitado pelo **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início ao **Período da Ordem do Dia**, no âmbito do qual se passou à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- **Ponto 3.1 – “APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”;

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto três ponto um da **Ordem do Dia**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor **Deputado António Manuel**

**Fernandes Martins (CDS/PP)**, que fez a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Só queria fazer uma observação relativamente àquilo que aconteceu, sempre que haja uma dúvida, a Comissão que se pronuncie e, no futuro, resolve esses problemas. -----

----- Eu tenho uma interpretação semelhante à do Engenheiro Hilário, é que efectivamente, pode ser preciso e conciso na repetição de perguntas que não lhes foram respondidas não em considerações, mas em perguntas directas, que não foram respondidas essa é a minha interpretação neste momento mas, a comissão, depois, poderá esclarecer isso. -----

----- Relativamente à posição escrita do Senhor Presidente da Câmara, eu tenho alguns pontos para questionar aqui: -----

----- A primeira questão é sobre as reuniões da comissão Intermunicipal da Região de Aveiro. ---

----- Como nós sabemos esta Assembleia Municipal está representada pelo Partido socialista e pelo Partido Social Democrata, em função da votação originada com as Eleições é não pelos outros membros. Eles estão nesta comissão em representação desta Assembleia Municipal e, portanto, eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia que diligencie junto dos Grupos Políticos lá representados a nomeação de um Elemento que, com hombridade e depois das reuniões da CIRA, transmita, de uma forma sucinta, a esta Assembleia, Municipal, os assuntos que lá foram tratados, o conteúdo e as soluções que foram dados aos mesmos. -----

----- Relativamente à situação das águas da região de Aveiro, para além do problema das taxas que aqui foram levantadas, parece-me que uma das questões também foi discutida, foi relativamente à abordagem da cedência de funcionários, para transferência dos serviços da Câmara Municipal para aquela associação. -----

----- Eu perguntava ao Senhor Presidente ou ao Senhor Vereador, que parece que esteve na reunião, qual é a situação neste momento e se uma decisão dos funcionários que vão ser transferidos; se há voluntariedade nessa transferência e se alguém terá de ser transferido contra a vontade. -----

----- Sobre a reunião que a Câmara Municipal teve com a ACOAG para apuramento de contas, eu perguntava ao Senhor Presidente se as contas estão feitas; se os encaixes foram efectuados; qual foi o resultado; se a Câmara pagou; se a Câmara recebeu. -----

----- Há uma outra abordagem à questão da Barragem da Redonda. Como nós sabemos a Barragem da Redonda foi aqui falada e discutida durante, salvo erro duas sessões. Tinha,

inclusivamente, uma projecção e uma expectativa de se ter águas em Oliveira do Bairro, era uma Obra de referência para futuro e de extrema necessidade. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, o que é que se passa com a Redonda? -----

----- Fala-se aqui também, numa reunião com os C.T.T. para a desmaterialização da correspondência. Só por curiosidade, Senhor Presidente, gostava que explicasse qual é o modo edificando disso; qual é o lucro que a Câmara vai tirar; como é que os serviços vão ficar desmaterializados sem papéis.” -----

----- De seguida, os Senhores Deputados da Assembleia Municipal fizeram as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado, António Manuel de Almeida Tondela (PSD):** -----

----- “Para iniciar queria dar os meus parabéns ao senhor Presidente da Câmara, pela mudança do documento. Como pode ver, não venho aqui só criticar o que está mal; quando melhora também venho dizê-lo. -----

----- Mas, entretanto, queria saber, dentro da parte que toca a educação, porque é que o Senhor Presidente da Câmara, depois que foram eleitos os Conselhos Gerais das Escolas, nunca esteve em nenhum? -----

----- O Senhor Presidente, corre o risco de ser demitido, porque não vai a nenhuma Assembleia do Conselho Geral, por aquilo que eu sei, arriscando-se, assim, de ser demitido dos Conselhos Gerais. Não vale a pena ir só lá votar, também é preciso participar activamente, até porque está em causa, nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos, muita filosofia educativa para o Concelho de Águeda. -----

----- Utilizando as palavras do Doutor António Martins sobre a questão da Barragem da Redonda, que já falamos disso nalgumas reuniões de Câmara e que, também, vamos hoje aqui falar da pegada, ou melhor, da eficiência energética. Eu gostaria, também, de saber se o senhor Presidente da Câmara pensa fazer alguma coisa contra a pegada hídrica. -----

----- O Concelho de Águeda desperdiça muita água e, nomeadamente, as Escolas do nosso concelho desperdiçam muita água. Não que as crianças não saibam utilizá-la; basta só ver que não há nenhuma escola que eu conheça do Primeiro – Ciclo e algumas do Segundo – Ciclo, que não tenham cronómetros, que funcionam relativo ao espaço dos meninos carregarem. Portanto, desperdiça-se constantemente água. -----

----- Se queremos trabalhar nalgum sentido, se a eficiência energética é importante, na minha opinião, a eficiência hídrica é muito mais, até porque a água vai deixar de estar no nosso controlo pelo que eu sei e os preços vão disparar. -----

----- Se calhar, este era um dos aspectos que devia ser tratado. A pegada hídrica é importantíssima para situações futuras, para nós que vamos deixar de poder contornar a água e pelos gastos enormíssimos que existem. -----

----- Pelos dados que eu vi, a Região do Vouga é a segunda ou terceira do país que mais água gasta e Águeda contribui muito para isso. Tenho dito.” -----

----- **Deputada, Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- “Também tenho que felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela apresentação destas informações, que deram um bocadinho mais de trabalho, porque as outras, quando comecei a ver, tinham muito mais páginas, mas cheguei à conclusão que já as tinha lido todas no Diário de Aveiro; na Soberania do Povo; na Região de Águeda e no Litoral Centro. Esta deu um bocadinho mais de trabalho, mas foi muito bem organizado e dou-lhe os parabéns. -----

----- Queria apenas fazer duas perguntas e um alerta, visto que um Município me alertou e pediu que colocasse aqui essa questão. -----

----- A pergunta é sobre a reunião com a ARS de Coimbra, no âmbito das directivas para o Centro Hospitalar de Aveiro, unidade de saúde familiar. -----

----- Portanto, gostaria de ter mais esclarecimento sobre o assunto que foi tratado nessa reunião. -----

----- A outra pergunta, surge porque não descobri no documento, nada nesse sentido sobre a Estrutura Nuclear da Organização dos Serviços Municipais de Águeda. -----

----- O Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de Outubro, definiu um novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, na perspectiva de dar maior operacionalidade e racionalidade aos serviços. -----

----- Atendendo a que a macro estrutura dos serviços municipais tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal e que o Executivo Municipal tem procurado ser pioneiro na simplificação e racionalização dos serviços, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal desse alguma informação sobre a sua intenção de rever e ajustar o modelo organizacional municipal actual ao novo regime jurídico. -----



----- Quanto ao alerta, é o alerta em que os Municípes vêm ter connosco muito preocupados e, de facto, um Município veio ter comigo, preocupado com a situação na Zona da Ponta da quinta do Beco, que há lá uma barreira perigosa que ameaça derrocada, pondo em perigo a vida das pessoas. Portanto, convinha que alguém fizesse alguma coisa antes que aconteça a desgraça.” -

----- Seguidamente, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de imediato passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder aos intervenientes, resposta essa que se transcreve na íntegra: -----

----- “Quanto às questões colocadas pelo Doutor António Martins, relativamente aos funcionários da Câmara que iriam para a empresa, houve um número bastante elevado que me manifestaram essa vontade. -----

----- A empresa arrancará no próximo mês, será lhes dada a possibilidade de assinarem o contrato para transitarem para a empresa. -----

----- Obviamente que temos números, mas não são números definitivos, uma elevada percentagem, na ordem dos noventa por cento, talvez, que manifestaram a vontade de ir. -----

----- Vamos deixar correr o processo, as pessoas vão ter a possibilidade de se manifestar e acertamos os números depois. Não vale a pena estarmos a especular para um lado ou para o outro. -----

----- Aqueles que foram questionados se queriam ir para a Empresa, a grande maioria, acentadamente, manifestou essa disponibilidade. -----

----- Dentro de pouco tempo, cerca de uma duas semanas, será lhes colocado à consideração para a assinatura, o contrato para transitarem para a Empresa. -----

----- Obviamente, que ao abrigo destas funções não perdem o vínculo à função pública, embora hajam para aí outras situações que não vêm aqui neste momento, para serem referidas. -----

----- Quanto à ACOAG, a ACOAG entregou à Câmara algumas verbas relativamente à Festa do Leitão. No próximo mês iremos ter mais uma reunião para acertar, em definitivo as contas relativamente à parceria e encerramos, e depois, poderemos dar conhecimento dessas contas fechadas. -----

----- Quanto à Barragem da Redonda e Águas do Carvoeiro, vamos entender que a Barragem insere-se dentro de um projecto de expansão. Foi feita uma candidatura que previa a Barragem

mas seria o restante do sistema para uma segunda fase. -----

----- Eu gostaria de aguardar e falarmos nisto mais em concreto, porque posso vos dizer que pedi alguma ajuda externa; alguma consultadoria para me apoiar nas decisões que pudessem a vir ser tomadas pelo Município e portanto, mais algum tempo para podermos ter uma conversa mais esclarecedora sobre este assunto, pelo que gostaria de não avançar mais neste momento. -

----- Sobre a desmaterialização do correio houve uma proposta dos CTT, no sentido de nos fazer chegar a correspondência em formato digital e nós, aquilo que fizemos foi perguntar-lhes quanto é que isso custa e então agora eles estão a perguntar-nos qual é o volume, como é que queremos, para nos darem uma proposta e é isso que está em causa neste momento, estamos a avaliar essa situação. -----

----- Quanto à intervenção do Professor Tondela e da Doutora Nair, os agradecimentos pela mudança da imagem são dirigidos à equipa que trabalha comigo e são para eles os parabéns. Acho que mudámos e queremos continuar a melhorar e isto não quer dizer que fiquemos por aqui, porque tentamos sempre ir mais longe. -----

----- Quanto à minha presença nos Concelhos Gerais, tenho cinquenta por cento de presenças. Não me é possível mais, porque a minha agenda é complexa de gerir e colocar lá todos os acontecimentos. Mas entendo quem face ao papel que nós temos na área da educação, que é importante, pelo menos, ir lá de vez em quando. Eu não consigo ir a todos. -----

----- Quanto à pegada Hídrica, nós também estamos preocupados; já estamos a fazer algumas experiências no Edifício da Câmara Municipal, como colocar redutores de fluxo de água, no sentido de diminuir, também, os consumos. Isto é obviamente, uma situação que temos que alargar e estamos preocupados. -----

----- Já agora, gostava de vos dizer que fizemos hoje um acordo com os órgãos da Comunicação Social da nossa terra, em que eles vão inserir, todas as semanas, uma pequena notícia sobre comportamentos sustentáveis, porque às vezes se todos fizermos um bocadinho, eu acho que conseguimos um efeito muito maior e às vezes, há coisas que são pequenas coisas, que podem dar bastante efeito, mas uma das coisas, por exemplo, que nos preocupa e que o Engenheiro Flávio irá apresentar daqui a pouco a Matriz Energética, nós temos andado a acompanhar as facturas da electricidade e do gás e temos de ter comportamentos muito mais assertivos para reduzir essas facturas, não só nos edifícios da Câmara, mas também nas

escolas. Nas escolas, temos de mobilizar os alunos para essas atitudes, que é por aí que se deve começar. -----

----- Quanto à Doutora Nair e sobre o Centro Hospitalar, será criado a nível do Governo um Grupo para estudar a futura organização dos hospitais. Aquilo que me disseram pode ser vantajoso para nós, mas isto é o que me disseram. Mas como vocês sabem, no mandato anterior houve umas situações complicadas e portanto, não quero adiantar mais nada, porque esse grupo de trabalho vai ser criado. -----

----- Estão a ser implementadas unidades de Saúde Familiar no Concelho. Há duas que já estão bastante adiantadas mas a expectativa é que se avançasse quatro, mas estão com alguma dificuldade, embora estejamos a acompanhar esse processo. -----

----- Quanto à reorganização dos serviços, pedi às chefias que me dessem uma proposta. Primeiro foram ter formação no novo modelo de organização dos serviços. Agora pedi que me dessem uma proposta sobre o que entendiam que devia funcionar nos Serviços para, depois me poder debruçar sobre ela e dizer se concordo ou não. -----

----- Então, na próxima Assembleia Municipal será aqui trazida a nova proposta de reorganização dos serviços. No entanto, isto de pedir a proposta aos serviços, não quer dizer que eu vá fazer aquilo que os serviços querem, mas gosto de saber a forma como eles vêm e depois, tentaremos encontrar um ponto de equilíbrio. Quanto ao outro aspecto apresentado, iremos ter a necessária atenção sobre a ponte e ver o que é que podemos fazer.” -----

----- Concluídas as respostas do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao **Deputado, António Manuel Fernandes Martins (CDS)**; para um pedido de esclarecimento, formulado da forma que se transcreve na íntegra: -----

----- “Queria fazer uma pergunta rapidíssima ao Senhor Presidente da Câmara, na sequência da desburocratização da correspondência. Eu perguntar-lhe-ia o seguinte: -----

----- O senhor Presidente da Câmara sabe que há correspondência normal e correspondência confidencial. Os correios também vão, depois, abrir a correspondência confidencial? O Senhor Presidente da Câmara não corre o risco, depois de haver correspondência espalhada pela via pública? -----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Mesa da

Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, que completou a intervenção que a seguir na íntegra: -----

----- “Para mim, os correios são uma entidade idónea e devem ter os procedimentos adequados. Se não os tiveram, nós quando corremos o risco de fazer alguma coisa também corremos o risco de estar a fazer mal. -----

----- Se passamos para uma entidade, definimos, à partida, como é que queremos que as coisas aconteçam. Se houver erros, teremos de ver quem é que os assume; se forem erros que sejam colmatáveis, dá-se-lhes o benefício da dúvida; se não forem colmatáveis, eu sei que é uma chatice. Mas, para mim, os Correios são uma Entidade credível. -----

----- Já agora e para terminar, informo que dia vinte e um de Março, temos o “Limpar Portugal” e gostaria que aderissem em maior número possível. Acho que podemos fazer uma boa Campanha para limpar algumas coisas de Águeda que não estão assim tão bonitas como isso. --

----- Uma última informação é que assinámos hoje a escritura para a aquisição da “Adega Cooperativa de Águeda” e portanto, aquele espaço passou a pertencer a todos nós.” -----

----- **Ponto 3.2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para Representar a Assembleia Municipal de Águeda, no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**, em cumprimento do disposto no artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de Novembro; -----

----- Neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia transmitiu o conteúdo da carta, a si dirigida, que se transcreve na íntegra: -----

----- **Do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal** -----

----- “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- “ Relativamente ao assunto supra mencionado, e devido à alteração dos órgãos eleitos, decorrente das últimas eleições Autárquicas, vimos pela presente solicitar a V. Exa., que proceda à eleição em Assembleia Municipal de um representante dos Autarcas de Freguesia, para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, de acordo com o estipulado no Artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005 de 24 de Novembro. Com os melhores cumprimentos, Águeda e Paços do Concelho, 15 de Janeiro de 2010. O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Jorge Henrique Fernandes Almeida, Enf.º) ” -----

----- Depois de lida, foi apresentada uma única Proposta de Eleição do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga – Carlos Alberto Carneiro Pereira - pelo Grupo Municipal do PSD – designada por Letra A - que, colocada a votação, foi aprovada, por maioria, com 26 votos a favor, 12 votos brancos e 2 nulos. -----

----- **Ponto 3.3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para representar a Assembleia Municipal de Águeda, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta,** em cumprimento do disposto no artigo nº 3º - D, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro; -----

----- No que refere este ponto três ponto três, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda**, transmitiu o conteúdo da carta a si dirigida que se transcreve na íntegra: -----

----- Da **Comissão Municipal de Defesa da Floresta** -----

----- “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- “ Relativamente ao assunto supra mencionado, e devido à alteração dos órgãos eleitos, decorrente das últimas eleições Autárquicas, vimos pela presente solicitar a V. Exa., que proceda à eleição em Assembleia Municipal de um representante dos Autarcas de Freguesia, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, de acordo com o estipulado no Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro. Com os melhores cumprimentos, Águeda e Paços do Concelho, 15 de Janeiro de 2010. O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Jorge Henrique Fernandes Almeida, Enf.º)” -----

----- Foi apresentada uma única proposta de eleição do Presidente da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão – Vasco Miguel Rodrigues Oliveira - pelo Grupo Municipal do PSD – designada por Letra A - que, colocada a votação, foi aprovada, por maioria, com 32 votos a favor e 8 votos brancos.-----

----- **Ponto 3.4 – Eleição de dois Deputados da Assembleia Municipal de Águeda para integrar a Assembleia Distrital de Aveiro,** devendo um deles ser o respectivo Presidente e outro um Presidente de Junta de Freguesia, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e b), do artigo nº 2, do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro; -----

----- Seguidamente, e de acordo com o solicitado pelo Presidente da Assembleia Distrital de Aveiro, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, procedeu à leitura comunicação, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nos termos do DL 5/91, de 8 de Janeiro, alínea a) e b) do art.º 2.º, compõem a Assembleia Distrital: -----

----- Os Presidentes das Câmaras Municipais ou Vereadores que os substituam. -----

----- Dois membros de cada assembleia municipal, devendo um deles ser o respectivo Presidente ou o seu substituto e o outro eleito de entre os Presidentes de Junta de Freguesia. --

----- Assim, para cumprimento do art.º 3.º do diploma referido, realização da próxima Sessão Ordinária, muito solicitava a indicação dos representantes e moradas respectivas desse órgão Autárquico, para satisfação do legalmente estabelecido. -----

----- Com os meus cumprimentos; O Presidente da Assembleia Distrital (Dr. António Maria dos Santos Sousa)” -----

----- De imediato, foram apresentadas à Mesa da Assembleia, as seguintes Propostas de Listas:

----- A Proposta designada por “**Lista A**” - apresentada pelo **Grupo Municipal do PSD**, propondo o **Presidente da Assembleia e Rui Pedro Pinho de Carvalho - Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo**; -----

----- A Proposta designada por “**Lista B**” - apresentada pelo **Grupo Municipal do PS**, propondo o **Presidente da Assembleia e Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – Presidente da Junta de Freguesia de Águeda**. -----

----- Não tendo havido qualquer pedido de intervenção, relativamente às Propostas apresentadas, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, passou, desde logo, à Votação das Propostas das duas Listas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

----- Proposta designada por “**Lista A**”: - **22 Votos**; -----

----- Proposta designada por “**Lista B**”: - **18 Votos**. -----

.----- Após concluída a votação, verificou-se que **FORAM ELEITOS PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO: António Celestino Pereira de Almeida - Presidente da Mesa da Assembleia e Rui Pedro Pinho de Carvalho - Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo**; -----

----- **Ponto 3.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea n), do nº 1, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as

alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **“REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** -----

----- **PREÂMBULO** -----

----- “ A Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, veio criar os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação. -----

----- Para a prossecução dos seus objectivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um Regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de urbanização e de articulação, bem como a respectiva composição. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal deve convocar os membros do Conselho Municipal de Segurança, que reunirá pela primeira vez para emissão de parecer sobre o presente regulamento, o qual deverá posteriormente ser enviado ` Assembleia Municipal, acompanhado do parecer, para discussão e aprovação em definitivo. -----

----- **CAPITULO I** -----

----- **DISPOSIÇÕES GERAIS** -----

----- **Artigo 1.º** -----

----- **Noção** -----

----- O Conselho Municipal de Segurança, adiante designado por Conselho, é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação.

----- **Artigo 2.º** -----

----- **Objectivos** -----

----- Os objectivos a prosseguir pelo Conselho, conforme o art.º 3 da Lei 33/98, de 18 de Julho, são os seguintes: -----

----- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem; -----

----- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respectivo município e participar em acções de prevenção; -----

----- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município; -----

----- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e

*directamente relacionados com as questões de segurança e inserção social.* -----

----- **Artigo 3.º** -----

----- **Competências** -----

----- *Compete ao Conselho emitir parecer sobre as seguintes matérias:* -----

----- *a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do município;* -----

----- *b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança do município;* -----

----- *c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município;* -----

----- *d) Os resultados da actividade municipal de protecção civil e combate a incêndios;* -----

----- *e) As Condições materiais e os meios humanos empregues nas actividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;* -----

----- *f) A situação socioeconómica municipal;* -----

----- *g) O acompanhamento e o apoio das acções dirigidas em particular, à prevenção da tóxico-dependência e a análise da incidência social do tráfico de droga;* -----

----- *h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelam de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção.* -----

----- **CAPITULO II** -----

----- **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** -----

----- **SECÇÃO I** -----

----- **DA COMPOSIÇÃO E DA PRESIDÊNCIA** -----

----- **Artigo 4.º** -----

----- **Composição** -----

----- *Integram o Conselho:* -----

----- *a) Presidente da Câmara Municipal;* -----

----- *b) Presidente da Assembleia Municipal;* -----

----- *c) Presidente das Juntas de Freguesia;* -----

----- *d) Representante do Ministério Público da Comarca de Águeda;* -----

----- *e) Comandante Local da Guarda Nacional Republicana;* -----

----- *f) Comandante da Corporação dos Bombeiros e o Presidente da Delegação de Águeda da Cruz Vermelha;* -----



----- g) Três Representantes de entidades sem fins lucrativos tais como Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas, que desenvolvam respostas sociais mediante a celebração de acordos de cooperação com organismos públicos, na área da infância, terceira idade e deficiência (Eleitos em plenário da Rede Social), um Representante da C.P.C.J. (Comissão Protecção de crianças e Jovens), um Representante do N.L.I. (Núcleo Local de Inserção); -----

----- h) Representantes da Associação Empresarial de Águeda, Associação Comercial de Águeda, Abimota, Associação de Veículos de Duas Rodas e um Representante Sindical; -----

----- i) Representantes das seguintes entidades: -----

----- Hospital Distrital de Águeda; -----

----- Agrupamento de Centros de Saúde de Baixo Vouga I; -----

----- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda; -----

----- Escola Marques de Castilho; Escola Adolfo Portela; -----

----- Instituto Duarte Lemos; -----

----- Agrupamento de Escolas de Águeda, Aguada de Cima, Fermentelos e Valongo do Vouga; --

----- Centro de Emprego de Águeda; -----

----- Centro de Formação Profissional de Águeda. -----

#### **Artigo 5.º**

##### **Presidência**

----- 1- O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, que será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo Vice - Presidente da Câmara Municipal. -----

----- 2- Compete ao Presidente abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respectivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem. -----

#### **SECÇÃO II**

##### **DA REUNIÕES**

#### **Artigo 6.º**

##### **Periodicidade**

----- 1 – O Conselho reúne ordinariamente uma vez por trimestre; -----

----- 2 – As reuniões realizam-se no edifício sede do município ou, por decisão do presidente,

em qualquer outro local do território municipal. -----

----- **Artigo 7.º** -----

----- **Convocação das Reuniões** -----

----- 1 – As reuniões são convocadas pelo presidente, com antecedência mínima de quinze dias, constando da respectiva convocatória o dia e hora em que esta se realizará; -----

----- 2 – Em caso de alteração do local da reunião, deve o Presidente, na convocatória, indicar o novo local. -----

----- **Artigo 8.º** -----

----- **Reuniões Extraordinárias** -----

----- 1 – As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação escrita do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros, devendo neste caso o respectivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseja ver tratado. -----

----- 2 – As reuniões extraordinárias poderão ainda ser convocadas a requerimento da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal. -----

----- 3 – A convocatória da reunião deve ser feita para um dos quinze dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião extraordinária. -----

----- 4 – Da convocatória devem constar de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião. -----

----- **Artigo 9.º** -----

----- **Ordem do Dia** -----

----- 1 – Cada reunião terá uma “Ordem do dia” estabelecida pelo presidente. -----

----- 2 – O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respectiva competência e o seu pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data de convocação da reunião. -----

----- 3 – A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data da reunião. -----

----- 4 – Em cada reunião ordinária haverá um período de “antes da ordem do dia”, que não poderá exceder sessenta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos

na ordem do dia. -----

----- **Artigo 10.º** -----

----- **Quórum** -----

----- 1 – O Conselho funciona com a presença da maioria dos seus membros. -----

----- 2 – Passados trinta minutos da hora marcada para a reunião sem que haja o quórum referido no número anterior, o Conselho funciona desde que esteja presente um terço dos seus membros. -----

----- **Artigo 11.º** -----

----- **Uso da palavra** -----

----- A palavra será concedida aos membros do conselho por ordem de inscrição, não podendo cada intervenção exceder dez minutos. -----

----- **SECÇÃO III** -----

----- **DOS PARECERES** -----

----- **Artigo 12.º** -----

----- **Elaboração dos pareceres** -----

----- 1 – Para o exercício das suas competências, os pareceres são elaborados por um membro do Conselho, designado pelo Presidente. -----

----- 2 – Sempre que a matéria em causa o justifique, poderão ser constituídos grupos de trabalho, que terão por objectivo a apresentação de um projecto de parecer. -----

----- **Artigo 13.º** -----

----- **Aprovação de pareceres** -----

----- 1 – Os projectos de parecer são apresentados aos membros do Conselho com, pelo menos oito dias de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação. -----

----- 2 – Os pareceres são votados globalmente, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável da maioria dos membros presentes na reunião. -----

----- 3 – Quando um parecer for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que conste do respectivo parecer a sua declaração de voto. -----

----- **Artigo 14.º** -----

----- **Periodicidade e conhecimento dos pareceres** -----

----- 1 – Os pareceres a emitir pelo Conselho têm periodicidade anual. -----

----- 2 – Os pareceres aprovados pelo Conselho são remetidos pelo Presidente, para a Câmara municipal e para Assembleia Municipal, com conhecimento às Autoridades de Segurança com competência no território do município. -----

#### ----- **SECÇÃO IV** -----

#### ----- **DAS ACTAS** -----

#### ----- **Artigo 15.º** -----

#### ----- **Actas das reuniões** -----

----- 1 – De cada reunião será lavrada uma acta na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto. -----

----- 2 – As actas são postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no início da seguinte. -----

----- 3 – As actas serão elaboradas sob a responsabilidade do Secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente. -----

----- 4 – Qualquer membro ausente na reunião de uma acta donde constem ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto. -----

#### ----- **CAPITULO III** -----

#### ----- **DISPOSIÇÕES FINAIS** -----

#### ----- **Artigo 16.º** -----

#### ----- **Posse** -----

----- Os Membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal. -----

#### ----- **Artigo 17.º** -----

#### ----- **Apoio logístico** -----

----- Compete à Câmara municipal dar o apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho. -----

#### ----- **Artigo 18.º** -----

#### ----- **Casos omissos** -----

----- Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação deste regulamento, ou casos omissos, serão resolvidos por deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- **Artigo 19.º** -----

----- **Produção de efeitos** -----

----- *O presente Regulamento produz efeitos logo após a sua aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Águeda.* -----

----- Depois de dado a conhecer o **REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**, para uma intervenção sobre este ponto três ponto cinco da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Deputado, António Manuel Fernandes Martins (CDS/PP)** que fez a interpelação que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Senhor Presidente o CDS pretende, tão-somente, justificar o sentido de voto que vai ter nesta matéria e sustentá-lo na conclusão de que o Regulamento do Concelho Municipal de Segurança por todo o histórico que tem para trás é um regulamento absolutamente inócuo. -----

----- O problema da segurança em Águeda está suficientemente debatido. O problema assenta, fundamentalmente, naquilo que já aqui se falou, nomeadamente, na construção de novos campos de tiro, nomeadamente, nas más condições que têm as forças da autoridade; nomeadamente algumas delas que trabalham com cargos que a Câmara Municipal lhes deu desde mil novecentos e noventa e dois que, se calhar, também trabalham também com gasolina de marca branca, que andam muito menos que a gasolina dos ladrões e eu não sei se devia aconselhar o senhor presidente a dotar o Orçamento para algumas bolas de naftalina, porque parece que potenciam mais a gasolina e portanto, fariam andar mais depressa os automóveis. ---

----- Eu acho que Forças de Segurança em Águeda, têm bastante dignidade, apesar de tudo. ---

----- Pela falta de meios, que muitas das vezes é regada, pelas próprias chefias; pelo risco que muitas vezes correm na defesa das populações desta terra, eu acho que as Forças de Segurança são de louvar, o problema é o todo o resto, que não funciona e nós não podemos pedir que nos defendam e que nos segurem os nossos bens e a nossa vida quando, de facto, não damos às pessoas os meios para isso. -----

----- Eu, relativamente a este Conselho Municipal de Segurança, sou suspeito porque já relativamente ao último a minha votação foi a abstenção e disse aquilo que pensava sobre o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Acho que não funciona um conselho que é formado por quarenta e nove pessoas; que nunca no seu histórico teve maioria e que nunca funcionou; não sei como é que vai funcionar

agora; a não ser que obriguem as pessoas que o tem que compor a assinarem um termo de responsabilidade, onde se comprometem a vir às reuniões ou a serem representados nelas. -----

----- Este Conselho Municipal de Segurança uma autentica panaceia, que ofende, na minha opinião, a necessidade de segurança que o município tem. -----

----- Nesta matéria o nosso voto será a abstenção, para não votar contra este regulamento, em nome daquilo que aqui afirmei.” -----

----- Seguidamente e, não havendo mais intervenções neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda**, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por maioria, com 38 votos a favor e 7 abstenções, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- **Ponto 3.6 – Discussão acerca da A32** – Remodelação do IC2 e do Impacto desta Nova Estrutura Rodoviária no Concelho de Águeda, a curto e a médio prazo; -----

----- Este ponto foi acrescentado, conforme solicitado pelo **Grupo Municipal do CDS-PP**, através de e-mail, o qual se transcreve na íntegra: -----

----- “ Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP solicita a V. Exa. o favor de acrescentar à agenda da próxima Assembleia Municipal Ordinária, prevista para 28 do corrente mês, o tema: A32 – Discussão sobre o impacto desta nova estrutura rodoviária no Concelho, a curto e médio prazo. -

----- Melhores cumprimentos, pelo Grupo Municipal, António Martins.” -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Senhores **Deputados da Assembleia**, que fizeram as intervenções que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado, António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- “Eu penso que, neste momento, Senhor Presidente da Câmara Municipal, é importante constatar que há diversas correntes de opinião. Portanto, Águeda está desunida relativamente àquilo que pensa sobre o futuro e sobre o futuro Rodoviário da Cidade e não vale a pena, se calhar questionar muito essa situação, porque eu posso concordar com a opinião técnica que o José Oliveira aqui expressou e quem sou eu para discutir com um Técnico nessa matéria. O que eu questionei aqui são outras razões.-----

----- Eu posso dizer ao Senhor Presidente da Câmara que gosto pouco de ser “*chipado*”. Tenho

um sentimento de autonomia e liberdade, que me leva a dizer que lutarei até ao fim para que algum dia, quem o quiser, alguém saiba onde eu estou, porque eu acho que o espaço e liberdade é a última coisa que o ser humano deve perder. -----

----- Também lhe posso dizer que, se algum dia o meu Partido, autorizar em Sede de Assembleia da República a criação dos chip's, no dia seguinte, eu abandono a Militância do CDS/PP. -----

----- Portanto, relativamente a chip's estamos falados, pelo que não me controlem por chip's, porque eu gosto pouco de ser controlado. Como o Senhor Presidente sabe, os chip's servem, para além de saberem onde é que andam as nossas viaturas, servem para muitas outras coisas e, nos últimos tempos, há alguns exemplos de telemóveis "chipados", que fazem comunicações aéreas e que proporcionam conversas extremamente interessantes que fará mais, às vezes, a visão que um satélite pode ter num chip. -----

----- Devo dizer também que aqui o que está em causa, fundamentalmente, é que nós temos também visões diferentes sobre o momento da Economia e sobre a situação do País e eu admito que quem está no Sector Público e quem ao dia vinte e poucos tem o dinheiro na conta, tem muito pouco a noção de com difícil é ao dia trinta ou dia trinta e um andar a pensar como é que há-de passar os cheques, como é que os vão cobrir, se calhar, no dia um. -----

----- Eu, felizmente, trabalho numa boa Empresa. Hoje, pagou-me a remuneração pelo serviço que eu presto. Mas, posso inventar que, se calhar, setenta ou oitenta por cento de outras Empresas, as situações são bem mais complicadas. -----

----- Portanto, tenho uma visão mais redutora das capacidades Económicas do País e também corro o risco de dizer aqui: vamos esperar pelas férias, talvez no período de férias nós tenhamos mais alguma ideia aproximada da situação em que nós estamos. Eu disse aqui há pouco, não sei se as pessoas me ouviram, pela primeira vez atravessámos o nível histórico dos quarenta mil desempregados em Aveiro e vamos continuar, porque nós não estamos em dez vírgula oito, nós estamos a doze por cento de desemprego e quem pensar o contrário, engana-se. Temos aí um caixote de formandos e temos um outro caixote de pessoas que trabalham com recibos verdes e que ganham duzentos ou trezentos euros por mês e que são, no fundo, nada mais nada menos, do que desempregados. -----

----- Portanto, quem está no Sector Público e quem pode ir ganhando o seu salário ao dia vinte e

tal, dê-se por muito feliz mas, pense sempre numa coisa, é que nós estamos em frente a uma caixa donde cada vez vai ser necessário tirar mais, porque vai ser preciso ajudar as pessoas, porque é preciso solidariedade e as pessoas têm que ter alguma dignidade e todos os dias há gente a ir para o desemprego e o fluxo ainda não parou. Quem está na Economia e no Sector Privado tem todos os dias a sensação disso. Às vezes, quem está no Sector Público está livre, felizmente, não tem tanto essa sensação. -----

----- Portanto, Meus Senhores, isto é uma opção. É muito bom ter uma auto-estrada; é muito bom irmos ao Porto; é muito bom termos tudo, desde que tenhamos dinheiro para pagar. -----

----- Eu aceito perfeitamente que aqui venha dizer, porque se calhar, tem uma visão diferente da minha, faria muito bem dizer que temos que pensar nas gerações futuras, pois temos, Senhor Presidente. Estamos perfeitamente de acordo, os teus filhos e as minhas filhas, os nossos netos, se calhar, um dia vão dizer “*excelente serviço modernizar o País*” mas, se calhar, quando tiverem a conta para pagar, Deus queira que eu esteja enganado e tu estejas certo porque, se calhar, nenhum de nós tem interesse em que as coisas se compliquem, como é óbvio. Esperemos que nesse dia eles não se lamentem e não nos chamem nas costas alguma coisa que nós não gostaríamos de ouvir sequer de frente, porque sabemos todos quanto custa ir ao Porto, até baixou o tráfego aéreo, neste momento, parece que já não se justificava, mas parece que já está mais ou menos contratualizado. -----

----- Temos não sei quantos milhões de investimento, para ganhar quinze mil de Lisboa ao Porto. O TGV para Madrid, se calhar, é uma boa opção para ligar à rotas Europeia. Mas esta semana, do Porto para Madrid, o custo é de dezanove euros e eu quero ver quem é que vai andar de TGV, quando paga dezanove euros por andar de avião!? -----

----- Portanto, a este conjunto juízos de valores, que nos devem levar a ser responsável, independentemente da visão que nós possamos ter, mais Socialista, mais Centrista, mais Social Democrata, temos que ter, fundamentalmente, uma visão do País, honesta, séria e, às vezes, a pensar de uma maneira diferente, de facto, não é ser desonesto. Mas também, politicamente, muitas das vezes, nós pensamos de uma determinada maneira, porque precisamos de dar algum suporte político a quem é da nossa cor. -----

----- Mas, acho que, cada vez temos de ser mais honestos nas decisões que tomamos e eu volto a lembrar aqui nesta sala o seguinte: Porque é que eu havia de ter alguma coisa contra a A32?



Seja qual for formato dela? O que eu disse aqui é que nós precisamos da A32, nós não podemos é ser explorados no pagamento da A32 e dos custos da A32 por decénios, que é o que vai acontecer, que é o que acontece hoje com a “Brisa”, que é uma Empresa que privada e que é uma Empresa que tem lucros fabulosos e que são pagos fundamentalmente por quem? Pelos utilizadores das auto-estradas. -----

----- Eu não estou contra a modernização, mal de mim se estivesse contra a Modernização da Rodoviária Nacional. Eu estou contra é a forma e eu sou suspeito, porque eu até defendo a iniciativa privada. Mal de mim se, estando filiado na CDS, defendendo a iniciativa privada, eu estivesse contra a Empresa Privada. Não, eu estou contra as formas de exploração e hoje em dia a forma como nós vemos como as coisas se movimentam na área da Política, acho que devíamos ser todos muito mais criteriosos, em primeiro lugar com os nossos e como a forma que eles vêm a Política e depois, genericamente, com aqueles que nos Governam que, provavelmente, nos condenarão o futuro a nós e aos nossos e é isso porque eu aqui luto. ----- Depois, há obrigações de qualquer Governo, seja ele de qualquer cor, de dar às pessoas e às Regiões, em função da sua capacidade, da sua produtividade e da sua iniciativa, aquilo que é, basicamente, indispensável. -----

----- Nós tivemos, como vocês sabem, a Nacional Número Um, que era a Estrada Principal, que foi transformada no IC2, foi feita uma Variante. Portanto, nós temos o direito a um percurso, que atravessa o País, livre de pagamentos, porque a Actividade Económica não tem que estar constantemente a pagar, aumentando custos na produção para, depois, eles chegarem mais caros ao público final. É nesse sentido que eu acho que não deveríamos permitir que o Governo nos hipotecasse o futuro e nos metesse a mão no bolso, não é para nos dar, porque isto não nos dá quase, fundamentalmente, nada, que nos vai obrigar a pagar com o “couro e cabelo” obra que nós não deveríamos sujeitarmo-nos e autorizarmos que aceitassem a pagar. -----

----- Fundamentalmente é essa a visão, diferente, que nós aqui temos. Não está em causa a auto-estrada; o percurso está em causa, porque algum dele, neste momento, pela forma como ele foi traçado, acho que poderia ser projectado de outra maneira. -----

----- Agora, eu não contesto a ides do José Oliveira. Eu contesto é que nós, uns mais do que outros, estejamos a permitir que o futuro seja, de alguma forma, muito negra, porque esta é uma das partes, não está em causa a Auto Estrada Águeda – Aveiro, neste momento, para mim

nunca esteve, porque uma outra razão extremamente simples, porque o Governo vai poupar em infra-estruturas de saúde, por exemplo, em Águeda que, provavelmente, teria que ser forçado a montar cá, quando vai fazer a Auto Estrada Águeda – Aveiro. Eu não penso que alguém, neste momento, vai dizer que Águeda vai precisar de um Hospital novo. Corro o risco de o dizer publicamente, porque já o digo há anos, porque a partir do momento em que nós demoramos dez, doze minutos a chegar a Aveiro a um Hospital Central, não faz sentido que o Estado invista trinta ou quarenta milhões de contos no Hospital em Águeda e portanto, o Estado está a poupar dinheiro em infra-estruturas que tinha que pôr ao dispor da população para poder fazer uma obra que, entretanto, vai beneficiar de várias formas, poupando em investimentos de base. O que está em causa aqui é rigorosamente a IC2 e é mais uma em cima que eu acho que vai ter que ser paga, muito bem paga, porque os valores que, neste momento, estão estimados e orçamentados são extremamente elevados, em cima daquilo tudo que nós já conhecemos. -----

----- Meus Senhores, eu volto a repetir, atenção que a situação do País, não está tão boa quanto aquilo que nós podemos pensar e vocês sabem como está, para correremos os riscos de permitir mais investimentos que, no fundo, somos nós que vamos ter que pagar. Fica para história futura.” -----

----- **Deputado, Manuel Almeida Farias (PS):** -----

----- “As infra-estruturas nacionais carecem de planeamento, que tem que ser sempre de âmbito Nacional, para satisfazer exactamente necessidades Nacionais e os investimentos que envolvem não podem ser objecto de decisões, nem instantâneas, nem desfasadas; aquela que é a coesão Nacional. Vivemos num País que não tem tido o vício de planear, nem de prever obras de uma geração para outra. -----

----- Não admira que tenhamos investimentos duplicados e muitos casos e no limite também alguns que se revelam inúteis, isto no que respeita à fatura, porque em matéria de omissões e insuficiências, nós estamos fartos de fome. Não apenas pelos recursos que são escassos mas, sobretudo, porque são, muitas vezes, mal empregues ou mal dimensionados. -----

----- Por outro lado, esta falta de planeamento, que é um dos nossos vícios, sobretudo, quando ele é competente e intelectualmente honesto, também tem fragilizado sucessivos Governos, no que respeita à firmeza e à convicção com que façam cumprir o interesse Nacional sobrepõe, muitas vezes, interesses individuais, locais ou paroquiais. -----

----- Estas considerações foram ditadas quando dei por reflectir a partir deste ponto desta nossa Ordem de Trabalhos, sobre a oportunidade da projectada A 32 e, sobretudo, nos últimos meses, mesmo nos dois três últimos anos, as polémicas, quer a nível Local, quer a nível Nacional, que este projecto tem desencadeado. -----

----- Para opinar e cumprir esta reflexão, que se quer Municipal, sobre a Via e sobre o Traçado. Eu não gostaria de ser mais um a intervir apenas para fazer ruído ou para ter a satisfação de me ouvir a mim próprio, porque estamos a ocupar tempo nesta Assembleia com esta matéria. -----

----- Podemos questionar, simplesmente, a existência do projecto; podemos contestar o seu traçado; podemos, ainda, reclamar inter-faces, ligações Locais, ou, simplesmente, aproveitar a oportunidade para “beliscar” o Poder. Vamos por partes: Quanto ao projecto, de facto, alguém tem dúvidas que é um projecto necessário e é um projecto que está atrasado. Eu, pessoalmente, não as tenho e aceito que alguns as possam ter, particularmente, se lhes é indiferente a competitividade e a qualidade, quer do trabalho, quer da vida dos Cidadãos, dos Distritos de Aveiro e Coimbra. -----

----- A necessidade actual da A32 decorre de omissões que vêm do passado, em particular durante o terceiro Quadro Comunitário de Apoio entre dois mil e um e dois mil e cinco, quando um dos vectores fundamentais da Política de coesão Regional e de desenvolvimento das infra-estruturas apoiadas pela União Europeia. Eram as Variantes e as acessibilidades às localidades que neste período ficaram sem solução. Algumas destas localidades, ficaram algumas mal servidas, por falta de vias, outras por ter vias Nacionais sobrepostas a arruamentos internos. -----

----- Prever esta fatura ou estas omissões teria sido um trabalho apropriado para as gerações anteriores, sabendo, ciclicamente, os povoados se vão desenvolvendo e abraçando as vias de comunicação e que a evolução económica e social satura, inevitavelmente, ao fim de alguns anos estas capacidades. -----

----- O actual Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia já não está programado para orientar novas vias internas ou vias alternativas às que atravessam aldeias, vilas e cidades.” -----

----- **Ponto 3.7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre o Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão**, nos termos da proposta e ao obrigo do disposto na alínea a), do nº 3, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, concedeu a palavra aos Senhores **Deputados da Assembleia**, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado, José Manuel Gomes de Oliveira (PSD):** -----

-----“ Quero lembrar que este ponto veio à Assembleia no final do mandato passado e que a única pessoas que votou contra esse ponto fui eu. Na altura, votei contra, não para emperrar nada mas, só com o sentido de que havia um Regulamento que, na minha opinião, esse Regulamento estava mal feito. Lembram-se das cérceas e dos números de pisos... mas foi, consenso, aqui, tirando a minha pessoa, que havia necessidade e pressa de se resolver o assunto e então ia-se aprovar o mesmo. E então, aprovámos nesta Assembleia um Regulamento mal feito e executado à pressa, esta foi a realidade, -----

----- Ora vejamos, foi mais ou menos em Setembro de dois mil e nove e já estamos em Fevereiro de dois mil e dez , e este assunto volta a vir, novamente, a esta Assembleia. Se calhar, eu é que estava certo e mais valia termos, na altura, alterado o Regulamento e mandado as coisas todas direitinhas para começarmos a fazer a Zona Industrial com todas as condições e com o respectivo Regulamento feito. O que é que acontece? Fica tudo na mesma e vamos ter as mesmas cérceas, e quanto ao construir dois pisos, só em caso especial é que vem aqui à Assembleia, não sei se vocês se lembram, para depois poder levar mais um ou dois pisos e assim, estar sempre dependente do Poder Político e de quem aqui esteja e as coisas são assim neste País. -----

----- Agora, digam-me, eu é que estava errado? Ou vocês todos é que estavam errados? Não teria sido melhor termos alterado o Regulamento, na altura e, termos posto as coisas todas em condições? Isto vai ser aprovado e vamos andar para a frente com o assunto. O que é que eu vi? Que se vai começar a vender os lotes. -----

----- Senhores Deputados, digam-me, se vocês acreditam se as obras na Zona Industrial começarem amanhã, daqui a um ano estamos em condições de vender os lotes?. Fazer infra-estruturas, saneamento, electricidade, água e gás? Eu pergunto: A Câmara Municipal de Águeda é privilegiada em relação ao particular? O particular para instalar a sua Empresa tem que pagar taxas; infra-estruturas se elas não existirem lá. É assim que são aprovadas as obras na Câmara Municipal de Águeda? Quer dizer que a Câmara Municipal vai começar a vender já os lotes sem

ter lá as infra-estruturas feitas, tem apenas o terreno limpo. Desta forma, esta Assembleia Municipal vai, novamente, voltar a errar.” -----

----- De seguida, a Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre o Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão, foi colocada à votação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada, por maioria, com 34 votos a favor e uma abstenção. -----

----- **Ponto 3.8 – Discussão e Votação sobre a Proposta de Dissolução da Associação de Municípios Bairrada Vouga (AMBV);** -----

----- “Deliberação tomada pelo Executivo Municipal em 04/06/2009. -----

----- PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS BAIRRADA/VOUGA---

----- Na sequência da deliberação tomada pela Associação Intermunicipal da Associação de Municípios das Regiões Bairrada/Vouga, a Câmara deliberou, por unanimidade, dar o seu parecer favorável à dissolução da Associação de Municípios das regiões Bairrada/Vouga. -----

----- “Exmo.(s) Senhor(s): Presidente da Câmara Municipal de Águeda: -----

----- Assunto: Dissolução da Associação de Municípios das Regiões Bairrada – Vouga -----

----- Sobre o assunto em epígrafe e de acordo com o deliberado na última Assembleia intermunicipal, realizada no passado dia 29 de Abril e que aqui se transcreve, solicitamos se dignem enviar-nos as deliberações dos órgãos desse Município até próximo dia 10 de Julho, para que possamos avançar com o processo de dissolução da Associação de Municípios das Regiões Bairrada – Vouga. -----

----- A adaptação dos Estatutos da Associação à Lei 45/2008, de 27 de Agosto: Foi presente à reunião o assunto referente à adaptação dos estatutos da Associação à Lei 45/2008, de 27 de Agosto, tendo sido questionada a oportunidade de se manter ou não a Associação em funcionamento, porquanto há já algum tempo que esta não está a desenvolver qualquer projecto. Depois de tecidas diversas considerações acerca dos convenientes e dos possíveis inconvenientes resultantes da manutenção da Associação, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, encetar diligências formais, junto das Câmaras e Assembleias dos Municípios associados para que estes deliberem no sentido de se proceder à dissolução e liquidação da Associação de Municípios das Regiões Bairrada – Vouga, porquanto é entendimento deste órgão que, na actual conjectura do país, não se justifica a manutenção desta Associação. Deliberou ainda, por unanimidade, solicitar aos municípios associados uma

resposta, com o envio das competentes deliberações, até à primeira semana de Julho, permitindo que estes apresentem o assunto em Assembleias Municipais a realizar em Junho. ----

----- Com os melhores cumprimentos, o Presidente da Assembleia Intermunicipal da A.M.B.V. – Carlos Alberto da Costa Cabral, Prof.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, colocou à votação a Proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Dissolução da Associação de Municípios Bairrada Vouga (AMBV); -----

----- **Ponto 3.9 – Apresentação e Recolha de Contributos para a Matriz Energética de Águeda;** -----

----- No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, entendeu pedir que a apresentação e a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos fosse relegada para outra data, atendendo ao adiantado da hora. -----

----- **Ponto 3.10 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda, a submeter aos Partidos com assento Parlamentar**, para inclusão no Orçamento de Estado, relativa aos Edifícios Degradados e Terrenos Expectantes em Zonas Urbanas do Concelho de Águeda; -----

----- “*DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 18.02.2010* -----

----- *PROPOSTA RELATIVA AOS EDIFÍCIOS DEGRADADOS E TERRENOS EXPECTANTES EM ZONAS URBANAS DO CONCELHO DE ÁGUEDA* -----

----- *Seguidamente, a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que foi presente, que se destina à adopção de procedimentos e medidas relativas aos edifícios degradados e terrenos expectantes em zonas urbanas do Concelho de Águeda, que se encontra arquivada na aplicação informática, junto à Agenda referente a esta Reunião.* -----

----- **PROPOSTA** -----

----- *“A imagem urbana das localidades e um direito de todos os cidadãos. A lei preconiza que todos os prédios devem ser objecto de obras de manutenção a efectuar de oito em oito anos porque, na opinião do legislador, este é o período máximo que uma construção, utilizando técnicas construtivas habituais entre nós, pode suportar sem necessidade de intervenção.* -----

----- *A realidade com que nos deparamos é bem diferente. É fácil verificarmos a existência de inúmeros prédios devolutos, em degradação, na grande maioria dos núcleos urbanos*

Portugueses, em geral, e em Águeda em particular. Para combater este problema, têm sido tomadas a nível governamental medidas que visam contribuir para a sua resolução. -----

----- O Município de Águeda, através dos órgãos executivo e deliberativo, tomou todas as medidas legalmente possíveis no sentido de incentivar a recuperação dos edifícios degradados, concedendo benefícios relevantes, que passam pela isenção de taxas para a recuperação, isenção de pagamento de ocupação da via pública com tapumes e/ou andaimes quando necessário e, inclusivamente peia subsidiação ou mesmo suporte integral dos custos com as tintas e materiais necessários para a pintura e recuperação do edificado. -----

----- As medidas legalmente previstas e que penalizam os proprietários dos edifícios degradados não têm obtido a eficácia pretendida por duas ordens de razões: por um lado, estão dependentes da acção dos tribunais que têm demorado demasiado tempo a decidir sobre as acções colocadas; por outro, o agravamento em sede de IMI não se mostra relevante porque o valor de base é muito baixo. -----

----- Neste contexto e considerando que e urgente introduzir mecanismos ágeis que contribuam de forma positiva para a melhoria da paisagem urbana dos espaços urbanos, diminuindo o número de casas degradadas, bem como os terrenos expectantes, propomos a apresentação de uma proposta a ser aprovada pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal, a ser enviada a todos os partidos com assento Parlamentar, bem como a Associação Nacional de Municípios Portugueses, para introdução da(s) disposição(ões) legal(ais) necessárias no Orçamento de Estado para 2010, que confirmem legitimidade às Autarquias Locais para solicitarem aos respectivos Serviços de Finanças a avaliação extraordinária dos prédios degradados e dos terrenos expectantes, inseridos em espaço urbano. Neste contexto, considerando que: -----

----- O direito à qualidade da imagem do espaço público é inalienável e assume grande relevância enquanto promotor de coesão social; -----

----- As construções abandonadas e degradadas são uma menos valia nos espaços urbanos, contribuindo para a menos valia dos lugares e para a sua permanente desvalorização; -----

----- Os terrenos expectantes, em zonas urbanas consolidadas, usufruem de investimentos públicos relevantes, que não utilizam e, simultaneamente, obrigam à expansão das infra-estruturas para outras zonas com investimentos vultuosos; -----

----- Os terrenos expectantes e os prédios degradados pagam valores baixos de IMI devido a não terem sido avaliados segundo as normas vigentes; -----

----- As normas legais em vigor não se mostram eficazes quando são aplicadas as penalizações previstas porque, ou são de valor diminuto, ou demoram longos anos; -----

----- A não actualização dos valores patrimoniais destes prédios traduz-se em injustiça, nomeadamente com aqueles que compram habitação, porque continuam a usufruir de valores

*patrimoniais desajustados da realidade actual;* -----

----- *A actualização dos valores patrimoniais de todos os prédios urbanos vai contribuir para uma maior justiça social e para uma eventual diminuição das taxas daqueles que viram os seus prédios avaliados através das metodologias previstas no código do IMI.* -----

----- *Propomos que, a Câmara Municipal delibere aprovar a adopção dos procedimentos e medidas supra expostos e efectuar a sua remessa a Assembleia Municipal, a fim deste órgão deliberar, nos termos do n.º 1 da alínea o) do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seguindo-se o envio das deliberações proferidas às entidades enunciadas, para devida ponderação e decisão nos termos sugeridos.* -----

----- *Águeda e Paços do Concelho, 15 de Fevereiro de 2010* -----

----- *O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais”* -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Águeda, concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para esclarecer os intervenientes, intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, a submeter aos Partidos com assento Parlamentar, para inclusão no Orçamento de Estado, relativa aos Edifícios Degradados e Terrenos Expectantes em Zonas Urbanas do Concelho de Águeda; -----

#### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Águeda, concedeu a palavra ao público, tendo o Senhor **Manuel Marques Vidal**, fez uma intervenção sobre a A32, a qual não se pode transcrever, visto que não falou no púlpito, não tendo a sua intervenção ficado gravada. -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Águeda**, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Águeda**, deu, de imediato por encerrada a Primeira Sessão Ordinária da assembleia Municipal, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que



tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: